



E-book

POLÍCIA PENAL PB

70 Questões Quentes

Modelo IDECAN

POLÍCIA PENAL PB

Olá, futuro Policial!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 70 questões quentes para o concurso da Polícia Penal da Paraíba (SEAP-PB). Nossos melhores professores cuidadosamente selecionaram e comentaram as questões, explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

A grande maioria das questões são da banca do seu concurso (IDECAN). Entretanto, sobre alguns assuntos, o IDECAN tem poucas questões, por isso complementamos com algumas elaboradas por outras bancas de perfil similar. Preparamos, também, 20 questões inéditas a respeito da legislação estadual específica que caiu no último concurso: Lei Estadual nº 5.022 de 14/04/1988, Decreto Estadual nº 12.832 de 09/12/1988 e Resolução nº 001/CECP/07, de 03/05/2007.

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	4
ATUALIDADES	25
LEI DE EXECUÇÃO PENAL	41
LEGISLAÇÃO ESTADUAL	60



LÍNGUA PORTUGUESA

1. (IDECAN / CAERN / 2024) A partir da definição de classe de palavra como sendo uma categorização que considera as funções morfológicas dos vocábulos, analise a correlação termo destacado / função entre parênteses para marcar o item correto.

- A) “[...] quando uma dor de solidão começou a enraizar-se no seu peito.” (artigo)
B) “[...] só não passando a dor [...]” (adjetivo)
C) “[...] os gentis braços da mulher que seria sua (pronome)
D) “E aos poucos, entre suas mãos, o arbusto foi tomando feitio[...].” (conjunção)

COMENTÁRIOS:

A) “[...] quando uma dor de solidão começou a enraizar-se no seu peito.”

Errado.

A palavra destacada é uma preposição, pois estabelece uma relação entre o verbo "começou" e a locução verbal "a enraizar-se", indicando o início da ação. Se fosse um artigo, determinaria um substantivo, o que não ocorre na frase.

B) “[...] só não passando a dor [...]”

Errado.

A palavra destacada é um advérbio, pois indica restrição, com o sentido de "apenas". Ela não pode ser um adjetivo, já que não está qualificando um substantivo, mas sim modificando o sentido da oração.

C) “[...] os gentis braços da mulher que seria sua (pronome relativo)

Certo.

A palavra destacada é um pronome relativo, pois retoma o substantivo "mulher" e liga duas orações:

- Oração principal: "[...] os gentis braços da mulher"

- Oração subordinada: "que seria sua"

D) “E aos poucos, entre suas mãos, o arbusto foi tomando feitio[...].”

Errado.

A palavra destacada é uma preposição, pois estabelece uma relação espacial entre "suas mãos". Ela não pode ser classificada como conjunção, pois não está ligando orações ou termos de mesma função sintática.

Gabarito: C

2. (IDECAN / CAERN / 2024) Assinale a alternativa que contém a correta relação entre a expressão referencial e o seu referente.

- A) “Entenda o motivo que faz a volta ao treino demorar mais” – “que” faz referência a “volta”.
- B) “Ele “queira evitar” experiências que levaram a um trauma anterior” – “que” faz referência a “ele”
- C) “Uma junção de fatores musculares e neurais (...) que tendem a facilitar” – “que” faz referência a “fatores”.
- D) “Exercícios que geram dor (...) podem ser registrados como ‘lembranças ruins’” – “que” faz referência a “lembranças ruins”.

COMENTÁRIOS:

- A) Incorreto. “Entenda o motivo que faz a volta ao treino demorar mais” – “que” faz referência a **“motivo”**.
- B) “Ele “queira evitar” experiências que levaram a um trauma anterior” – “que” faz referência a **“experiência”**
- C) Correto. “Uma junção de fatores musculares e neurais (...) que tendem a facilitar” – “que” faz referência a “fatores”, são esses “fatores” que tendem a facilitar.
- D) Incorreto. “Exercícios que geram dor (...) podem ser registrados como “lembranças ruins”” – “que” faz referência a **“exercícios”**.

Gabarito: C

3. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) Há muitos séculos, as narrativas dos deuses e deusas nórdicas têm fascinado o mundo ocidental, seja em manifestações artísticas ou em narrativas literárias. Mesmo o Brasil já apresentava certo interesse nessa temática, visto o envolvimento de alguns acadêmicos do Império e da Primeira República com as deidades nórdicas – a exemplo do naturalista João Barbosa Rodrigues e sua busca pelos “filhos de Odin” na Amazônia.

Na década de 1950, o escritor paulista Owen Mussolin – mais conhecido como Esopinho – já escrevia obras de popularização sobre Mitologia Nórdica. Mais recentemente, o sucesso do Dicionário de Mitologia Nórdica, publicado pela editora Hedra, demonstra a imensa atração que o público ainda mantém em conhecer mais profundamente o universo que envolve as narrativas míticas da Escandinávia.

Em se tratando de um estudo sobre mitologia, obviamente, temos que definir o que é mito. Uma tarefa nada fácil, visto que existem dezenas de definições, de conceitos e perspectivas teóricas. De nossa parte, somos inclinados a não tomar parte de um referencial fenomenológico. Ou seja, não compartilhamos da visão de que existe uma essência humana universal, atemporal, que constitui a base de todos os mitos em todos os lugares e épocas. Em nossa concepção, os mitos devem ser percebidos em um referencial histórico e, ao mesmo tempo, cultural.

Neste sentido, os mitos são narrativas (orais, literárias ou visuais), acerca de deuses, heróis, monstros, origem do mundo ou elementos da natureza. São estruturas de sentido, porque tem a função de explicar o mundo dos humanos, dos deuses e do cosmos. Podem ter conotação religiosa ou alguma ligação com o “sagrado”, mas não necessariamente.

Em Português o melhor recurso bibliográfico é o Dicionário de Mitologia Nórdica: símbolos, mitos e ritos, publicado pela editora Hedra em 2005. Contando com a participação de vinte e dois pesquisadores nacionais e estrangeiros, é composto por duzentos e dez verbetes e mais de quarenta ilustrações. O dicionário detalha amplamente os mais variados deuses, deusas, narrativas, localidades, fontes primárias, temas, símbolos e sagas, apresentando em cada verbete indicações bibliográficas atualizadas.

Além dele, há ainda alguns sites que servem como fonte de pesquisa, como o Germanic Mythology – que fornecem ampla variedade de documentos para pesquisa, de obras analíticas desde o século XVIII até a atualidade, dicionários e ferramentas linguísticas, narrativas e imagens artísticas – e o The Norse Mythology Blog – outro site com arquivos e seções interessantes. Já em Português, o melhor recurso online é o site do NEVE (Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos) com acesso a diversos livros, artigos, eventos, dissertações e teses, periódicos e ensaios sobre Mitologia Nórdica.

Fonte: <https://www.livrosvikings.com.br/noticia/uma-introducao-as-fontes-da-mitologia-nordica>. (adaptado)

Na perspectiva do texto, os mitos aguçam o imaginário social por serem

- A) percepções referenciais, históricas e, ao mesmo tempo, culturais.
- B) conceitos de perspectivas teóricas que parte de um referencial fenomenológico.
- C) visões de que defendem a existência de uma essência humana universal, atemporal.
- D) narrativas cujas temáticas são relacionadas, de algum modo, ao fantástico e ao sobrenatural.
- E) narrativas orais acerca de deuses, que servem para explicar a origem do universo e os elementos que compõem a natureza.

COMENTÁRIOS:

A questão pede a causa do "sucesso" da mitologia, pergunta por qual motivo esses mitos aguçam o imaginário social.

Os mitos são interessantes porque usam histórias de seres fantásticos e sobrenaturais para explicar o nosso mundo, o mundo dos humanos, nossa natureza e nossas dúvidas. Por isso aguçam o imaginário social.

*Neste sentido, os mitos são narrativas (orais, literárias ou visuais), **acerca de deuses, heróis, monstros, origem do mundo ou elementos da natureza**. São estruturas de sentido, porque tem a função de **explicar o mundo dos humanos, dos deuses e do cosmos**.*

Portanto, a resposta está na **D) narrativas cujas temáticas são relacionadas, de algum modo, ao fantástico e ao sobrenatural.**

Vejamos as demais:

A) Incorreto. De fato, segundo os autores, os mitos são percepções referenciais, históricas e, ao mesmo tempo, culturais.

Em nossa concepção, os mitos devem ser percebidos em um referencial histórico e, ao mesmo tempo, cultural.

Porém, não é esse o motivo de aguçarem o imaginário social.

B) Incorreto. Segundo o texto, os autores não tomam parte de um fenomenológico.

*Em se tratando de um estudo sobre mitologia, obviamente, temos que definir o que é mito. Uma tarefa nada fácil, visto que existem dezenas de definições, de conceitos e perspectivas teóricas. **De nossa parte, somos inclinados a não tomar parte de um referencial fenomenológico.** Ou seja, não compartilhamos da visão de que existe uma essência humana universal, atemporal, que constitui a base de todos os mitos em todos os lugares e épocas. Em nossa concepção, os mitos devem ser percebidos em um referencial histórico e, ao mesmo tempo, cultural.*

C) Incorreto. Os autores não compartilham da visão de uma essência humana universal, atemporal.

*Ou seja, **não compartilhamos da visão de que existe uma essência humana universal, atemporal,** que constitui a base de todos os mitos em todos os lugares e épocas.*

E) Incorreto. Não são apenas narrativas orais, podem ser gráficas ou escritas.

Gabarito: D

4. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) Assinale a alternativa cuja sentença foi construída adequadamente, seguindo as regras de concordância verbal.

- A) Vende-se livros sobre Mitologia Nórdica na Bienal do Livro.
- B) Haviam sérios problemas com a entrega dos livros comprados na Bienal.
- C) Precisa-se de pessoas que goste de discutir mitologia para participar da palestra.
- D) Devem haver mais de mil pessoas que acessam as redes sociais para pesquisar sobre mitologia.
- E) Fazem muitos anos que o Dicionário de Mitologia Nórdica foi publicado pela editora paulista Hedra.

COMENTÁRIOS:

A) "Vende-se livros sobre Mitologia Nórdica na Bienal do Livro."

Errado.

O verbo "vender" deveria concordar com "livros", que está no plural.

Vendem-se livros sobre Mitologia Nórdica na Bienal do Livro.

B) "Haviam sérios problemas com a entrega dos livros comprados na Bienal."

Errado.

O verbo "haver", no sentido de "existir", é impessoal e deve permanecer no singular.

Havia sérios problemas com a entrega dos livros comprados na Bienal.

C) "Precisa-se de pessoas que goste de discutir mitologia para participar da palestra."

Errado.

A estrutura "precisa-se de" está correta, pois se trata de um verbo transitivo indireto com sujeito indeterminado, que exige a preposição "de" e permanece no singular. No entanto, há um erro no verbo "goste", que deveria estar no plural para concordar com "pessoas".

O correto seria:

Precisa-se de pessoas que gostem de discutir mitologia para participar da palestra.

A banca inicialmente considerou essa alternativa correta porque o verbo "precisa-se" segue a norma culta. No entanto, o erro na concordância do verbo "gostar" torna a frase inadequada gramaticalmente, o que justifica a anulação da questão.

D) "Devem haver mais de mil pessoas que acessam as redes sociais para pesquisar sobre mitologia."

Errado.

O verbo "haver", quando tem o sentido de "existir", é impessoal e deve permanecer no singular. Como está em uma locução verbal, o verbo auxiliar também deve ficar no singular.

Deve haver mais de mil pessoas que acessam as redes sociais para pesquisar sobre mitologia.

E) "Fazem muitos anos que o Dicionário de Mitologia Nórdica foi publicado pela editora paulista Hedra."

Errado.

O verbo "fazer", quando indica tempo decorrido, é impessoal e deve permanecer no singular. Faz muitos anos que o Dicionário de Mitologia Nórdica foi publicado pela editora paulista Hedra.

Gabarito: Anulada

5. (IDECAN / PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - PB / 2024) As classes de palavras são categorias nas quais as palavras são distribuídas de acordo com a sua natureza e sua função gramatical no enunciado. Assim sendo, marque a alternativa em que o vocábulo destacado está tipificado conforme a sua classe de palavra.

- A) "[...] enquanto a Região Centro-Oeste registrou alta de 14% nas mortes." (advérbio)
- B) "Os pesquisadores identificaram que, a partir de 2014, houve forte queda na taxa de mortalidade." (conjunção).
- C) "Os acidentes de trânsito são bastante sensíveis às condições econômicas." (adjetivo).
- D) "[...] contribuiu para o aumento da mortalidade nessas regiões." (preposição).

COMENTÁRIOS:

A) "[...] enquanto a Região Centro-Oeste registrou alta de 14% nas mortes." (advérbio)

Errado.

A palavra "enquanto" introduz uma oração subordinada adverbial temporal, indicando um período simultâneo ao da oração principal. Portanto, **não é um advérbio**, mas sim uma **conjunção temporal**.

Classificação correta: Conjunção temporal.

B) "Os pesquisadores identificaram que, a partir de 2014, houve forte queda na taxa de mortalidade." (conjunção)
Certo.

A palavra "que" introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, exercendo a função de conectivo entre a oração principal e a subordinada.

Nesse caso, a classificação correta é **conjunção integrante**, pois liga a oração subordinada ao verbo "identificaram", sem possuir um significado próprio.

Essa é a única alternativa em que a palavra destacada está corretamente classificada, tornando a alternativa **B** a correta.

C) "Os acidentes de trânsito são bastante sensíveis às condições econômicas." (adjetivo)
Errado.

A palavra "bastante" nessa frase **modifica o adjetivo "sensíveis"**, intensificando sua qualidade. Quando um termo modifica um adjetivo, ele é classificado como **advérbio** e não como adjetivo.

Classificação correta: Advérbio de intensidade.

D) "[...] contribuiu para o aumento da mortalidade nessas regiões." (preposição)

Errado.

A palavra "nessas" resulta da fusão da preposição "em" com o pronome demonstrativo "essas", formando a contração "nessas". A preposição "para" é a que rege o complemento "o aumento da mortalidade".

Classificação correta: Pronome demonstrativo (essas) + preposição (em).

Gabarito: B

6. (IDECAN / ALEPI / 2024)

O maiúsculo e o minúsculo

É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do idiossincrático, a situação se torna, no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser hegemônico não nos deve cegar para as muitas línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma-padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras da língua inglesa em nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pelas próprias ações dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

(Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1305200117.htm>. Acesso em 11 nov.2023. Adaptado)

Quando o autor denomina seus eixos temáticos de “O maiúsculo e o minúsculo”, ele o faz por meio de um processo de substituições, valendo-se de uma relação de sentido entre tais palavras e a discussão que irá realizar. Dessa forma, há o uso de uma figura de linguagem denominada de

- A) paronomásia.
- B) litote.
- C) elipse.
- D) catacrese.
- E) metonímia.

COMENTÁRIOS:

A metonímia é uma figura de linguagem que ocorre quando há a **substituição de uma palavra por outra com a qual mantém uma relação de proximidade ou associação lógica**.

No título do texto, "O maiúsculo e o minúsculo" **não se referem literalmente ao tamanho das letras, mas sim à dimensão das questões discutidas**. No próprio desenvolvimento do texto, o autor utiliza essas expressões para classificar problemas de maior relevância como "tarefa maiúscula" e de menor impacto como "questão minúscula".

Ou seja, ele **substitui as expressões "importante/relevante" e "insignificante/secundário" pelos termos "maiúsculo" e "minúsculo"**, estabelecendo uma relação de sentido entre eles. Esse processo é um caso clássico de **metonímia**, pois ocorre a substituição de um conceito por uma característica associada a ele.

Gabarito: E

7. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) Na sentença “[...] o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres”, o termo destacado é formado por

- A) prefixo e sufixo.
- B) hibridismo.
- C) aglutinação.
- D) justaposição.
- E) parassíntese.

COMENTÁRIOS:

Aqui, temos o processo de derivação prefixal e sufixal.

Ao adjetivo "proporcional" foram acrescentados o prefixo de negação "des" e o sufixo formador de advérbio "mente".

DESproporcional**MENTE**

A diferença para a derivação parassintética é que nesse processo os dois afixos entram juntos, de modo que a palavra derivada não pode existir sem um deles.

Observe que existem as palavras derivadas: **DES**proporcional e proporcional**MENTE**.

Por isso, não poderia ser "parassintética".

Gabarito: A

8. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) O vocábulo destacado em “[...] e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais” apresenta a mesma tonicidade que o termo destacado na sentença:

- A) “As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado [...]”.
- B) “Se ninguém investisse tempo [...]”.
- C) “[...] o trabalho doméstico diário [...]”.
- D) “[...] e recursos nessas tarefas diárias essenciais [...]”.
- E) “[...] por mulheres e meninas em situação de pobreza [...]”.

COMENTÁRIOS:

"Fí.si.ca" é uma proparoxítona, pois a tônica (sílabas de pronúncia mais forte) está na antepenúltima sílaba. O mesmo acontece em "do.MÉS.ti.co".

"res.pon.SÁ.veis" e "di.Á.rias" são paroxítonas, pois a tônica está na penúltima sílaba.

"si.tua.ÇÃO" é uma oxítona, assim como "nin.GUÉM", pois a tônica está na última sílaba.

Vale ressaltar que o til não é acento tônico, é apenas marca de nasalidade.

Gabarito: C

9. (IDECAN / CAERN / 2024) “Poderia ser a chamada ‘memória muscular’ – mas os músculos, na verdade, não têm memória”.

Assinale a alternativa correta sobre o emprego da pontuação do período acima.

- A) As vírgulas isolam expressões retificativas, enquanto o travessão destaca oração adversativa, substituindo vírgula.
- B) As vírgulas isolam locução adverbial deslocada, enquanto o travessão indica a mudança de interlocutor na oração.
- C) As vírgulas marcam a elipse de um verbo, enquanto o travessão destaca breve interrupção de pensamento.
- D) As vírgulas isolam aposto explicativo, enquanto o travessão destaca oração adversativa, substituindo vírgula.

COMENTÁRIOS:

"na verdade" é expressão que, no contexto, desmente ou retifica o que foi dito antes. Os músculos, **na verdade**, não têm memória.

Então, podemos dizer que as vírgulas isolam uma expressão retificativa.

Os travessões, em termos explicativos, substituem as vírgulas. Como já havia vírgulas internas no segmento "na verdade", o autor utilizou os travessões no lugar da vírgula.

“Poderia ser a chamada ‘memória muscular’ – mas os músculos, **na verdade**, não têm memória”.

Gabarito:A

10. (IDECAN / CAERN / 2024) Partindo do conceito de regência verbal como sendo a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou os circunstanciam, marque o item que traz uma informação correta sobre essa relação nos períodos que seguem

- A) “[...] arredondou a curva de um joelho[...]” (bitransitivo)
- B) “[...] O Jardineiro ainda deu os últimos retoques com a ponta da tesoura [...]” (bitransitivo)
- C) “[...] percebeu de longe a marca da sua ausência[...]” (transitivo indireto)
- D) “Nua, obedecia ao esforço de seu jardineiro[...]” (transitivo indireto)

COMENTÁRIOS:

Intransitivo é o verbo que não pede complemento nenhum, pois não prevê uma informação que complete seu sentido. Por exemplo: João saiu/chegou/nasceu/morreu...

"percebeu" é intransitivo.

Verbo transitivo direto é o que pede complemento sem preposição.

"arredondar" é transitivo direto; "deu" é transitivo direto;

Verbo transitivo indireto é o que pede complemento **com** preposição.

"obedecer" é transitivo indireto, exige preposição "a":

"Nua, **obedecia ao esforço** de seu jardineiro [...]"

"bitransitivo" é uma classificação dos verbos que são transitivos **diretos** e **indiretos**, ao mesmo tempo.

Por exemplo: João enviou **cartas ao irmão**.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

11. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) Do mesmo modo que o vocábulo destacado em "[...] por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito", há um parônimo corretamente aplicado em:

- A) Ele não recebeu despensa do trabalho para o feriado.
- B) O rapaz infligiu as regras e foi detido.
- C) O comprimento entre os dois foi cordial
- D) Ele era eminente figura no meio político.
- E) O rapaz ratificou seu erro, pois havia se arrependido.

COMENTÁRIOS:

A) Ele não recebeu dispensa do trabalho para o feriado.

"dispensa" é o ato de dispensar; "despensa" é o local de estocar comida.

B) O rapaz infringiu as regras e foi detido.

"infringir" é violar, quebrar as regras; "infligir" é causar: infligir dor.

C) O cumprimento entre os dois foi cordial

"cumprimento" é o ato de cumprimentar, saudar: "comprimento" é medida de profundidade, tamanho.

D) Ele era eminente figura no meio político.

Está correto o uso de "eminente", que significa "excelso", "destacado".

"iminente" é sinônimo de imediato, prestes a acontecer.

E) O rapaz retificou seu erro, pois havia se arrependido.

"retificar" é corrigir; "ratificar" é confirmar.

Gabarito: D

12. (IDECAN / CAERN / 2024) Atente-se aos trechos seguintes para marcar a alternativa correta.

I. "Assim o jardineiro via o mundo [...]"

II. "E seu coração de jardineiro soube que jamais teria coragem de podá-la [...]"

- A) Somente em I, o termo destacado tem função adjetiva.
- B) Somente em II, o termo destacado tem função adjetiva.
- C) Somente em II, o termo destacado tem função substantiva.
- D) Em I e em II, os termos destacados têm função substantiva.

COMENTÁRIOS:

"Função adjetiva" significa fazer o que o adjetivo faz: modificar substantivo. De uma maneira mais simples, a banca simplesmente está pedindo uma locução adjetiva:

"de jardineiro" é locução adjetiva, indicativa de posse/pertinência, modificando o substantivo coração.

Na primeira ocorrência, "o jardineiro" é sujeito de "via", tem função substantiva; não tem função adjetiva, pois não modifica substantivo.

Gabarito: B

13. (IDECAN / ALEPI / 2024)

O maiúsculo e o minúsculo

É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do idiossincrático, a situação se torna, no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser hegemônico não nos deve cegar para as muitas línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma-padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras da língua inglesa em nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pelas próprias ações dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

(Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1305200117.htm>. Acesso em 11 nov.2023. Adaptado)

“Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.” (linhas 11 e 12) O trecho entre aspas legitima o processo de variação linguística, o qual está corretamente tipificado e descrito como

- A) variação dialetal, por tratar-se do uso formal ou informal da língua.
- B) variação diafásica, pois representa as variações que se estabelecem em função do contexto comunicativo.
- C) variação diastrática, por tratar das mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo.
- D) variação diatópica, pois ocorre em virtude da convivência entre os grupos sociais.
- E) variação diacrônica, pois ocorre em razão das diferenças regionais.

COMENTÁRIOS:

- A) Incorreto; a variação dialetal se refere a dialetos. Dialeto é uma variante linguística constituída por características fonológicas, sintáticas, semânticas e morfológicas próprias.
- B) Correto; a variação diafásica representa as variações que se estabelecem em função do contexto comunicativo.
- C) Correto; a variação diastrática se dá por diferenças sociais; é a variação diacrônica que vai refletir as mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo.
- D) Incorreto; a variação diatópica ocorre em virtude das diferentes regiões geográficas.
- E) Incorreto; variação diacrônica ocorre pela passagem do tempo.

Gabarito: B

14. (IDECAN / ALEPI / 2024)**O maiúsculo e o minúsculo**

É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do idiossincrático, a situação se torna, no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser hegemônico não nos deve cegar para as muitas línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma-padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras da língua inglesa em nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pelas próprias ações dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

(Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1305200117.htm>. Acesso em 11 nov.2023. Adaptado)

A Morfologia é a parte da gramática que estuda as palavras, desde a sua estrutura e formação até as suas formas de flexão, organizando-se, assim, em categorias, conhecidas como classes de palavras. Logo, a partir dessa definição, analise a correlação termo destacado/ função morfológica entre parênteses para assinalar a alternativa correta

- A) "[...] foi uma questão minúscula **que**, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo [...]". [linhas 19 e 20] (conjunção)
- B) "[...] elaboração de uma **nova** política linguística para si [...]". [linhas 7 e 8] (substantivo)
- C) "Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que** [...]". [linha 22] (pronome)
- D) "É **o** que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua." [linha 6] (pronome)
- E) "[...] superando os **efeitos** deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós. [linha 8] (adjetivo)

COMENTÁRIOS:

A) "[...] foi uma questão minúscula **que**, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo [...]" (conjunção)

Errado.

O termo "que" **não é uma conjunção**, mas sim um **pronome relativo**, pois retoma o substantivo "questão", introduzindo uma oração subordinada adjetiva.

B) "[...] elaboração de uma nova política linguística para si [...]" (substantivo)

Errado.

O termo "nova" não é um substantivo, mas sim um **adjetivo**, pois está qualificando o substantivo "política".

C) "Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que** [...]" (pronome)

Errado.

O termo "que" não é um **pronome**, mas sim uma **conjunção integrante**, pois introduz a oração subordinada substantiva objetiva direta ("mostra isso").

D) "É **o** que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua." (pronome demonstrativo)

Certo.

O termo "**o que**" funciona como um **pronome demonstrativo**, pois equivale a "**isso**", retomando uma ideia anterior mencionada no texto. Os pronomes demonstrativos podem indicar algo que já foi dito (uso anafórico) ou algo que será mencionado.

No contexto da frase, "**o que**" refere-se ao fato de que "certas simplificações ultrapassam os limites do idiossincrático e sustentam ações preocupantes". Se reescrevermos a frase substituindo "o que" por um demonstrativo mais explícito, ela ficaria assim:

"Isso tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua."

O termo "o que" desempenha, portanto, a mesma função de "isso", caracterizando-se como um **pronome demonstrativo**.

E) "[...] superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós." (adjetivo)

Errado.

O termo "situação" não é um **adjetivo**, mas sim um **substantivo**, pois está sendo acompanhado por um artigo ("uma") e exerce a função de núcleo do sintagma nominal.

Gabarito: D

15. (IDECAN / GUARDA MUNICIPAL JOÃO PESSOA / 2024)

pensando. A verdade pede que diga que esta moça pensava amorosamente em dous homens ao mesmo tempo, um de vinte e sete anos, Maciel — outro de cinquenta, Miranda. Convenho que é abominável, mas não posso alterar a feição das cousas, não posso negar que se os dous homens estão namorados dela, ela não o está menos de ambos. Uma esquisita, em suma;

Na sentença: "[...] **mas** não posso alterar a feição das cousas[...]" o termo em destaque tem a função de

- A) preposição accidental.
- B) conjunção explicativa.
- C) operador referencial.
- D) operador sequencial.

COMENTÁRIOS:

As conjunções são consideradas operadores "sequenciais", pois atuam na coesão sequencial, isto é, na introdução de novas orações, que fazem o texto avançar, "ter sequência".

Os pronomes são operadores de coesão referencial, pois retomam um referente ou apontam para um referente.

Gabarito: D

16. (IDECAN / CAERN / 2024) “De acordo com a pesquisa publicada na revista Cell Physiology neste ano, existem evidências de que o tecido muscular pode ser “preparado” por experiências anteriores positivas com o treinamento de força. Essa preparação pode aumentar as capacidades adaptativas a um estímulo posterior, mesmo após longos períodos longe da academia, explica João Paulo Manechini, coordenador do curso de Educação Física do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo”. Assinale a alternativa que resume o parágrafo anterior.

- A) A revista Cell Physiology afirmou que treinar força prepara os músculos para passar longos períodos longe da academia, porque o corpo se adapta a permanecer musculoso.
- B) Segundo João Paulo Manechini, experiências positivas treinando força são capazes de aumentar a massa muscular e fazer com que o corpo mantenha-se em forma por mais tempo.
- C) Experiências positivas envolvendo força podem “preparar” os músculos, uma vez que elas ampliam as capacidades adaptativas no caso de retorno à academia após ausência prolongada.
- D) Os músculos podem ser “preparados”, através de experiências positivas com treino de força durante períodos longe da academia, a aumentar suas capacidades adaptativas.

COMENTÁRIOS:

As informações essenciais são: **o tecido muscular pode ser "preparado" por experiências anteriores** e ser **mais adaptativo em experiências posteriores, mesmo após longos períodos**.

Isso está sintetizado em:

- C) **Experiências positivas envolvendo força podem “preparar” os músculos**, uma vez que elas **ampliam as capacidades adaptativas no caso de retorno à academia após ausência prolongada**.

A autoria da frase não é uma informação essencial. Isso anula as alternativas A e B.

O problema da D é que não são "treino de força durante longos períodos longe da academia", são antes de se afastar da academia. Da forma como está redigido, parece que a pessoa vai continuar treinando força fora da academia.

Gabarito: C

17. (IDECAN / PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - PB / 2024) Tendo por base a passagem “[...] mostrando resultados bastante frustrantes em relação à meta global”, assinale o item em que a concordância se faz corretamente dentre as estruturas seguintes.

- A) Eles mostraram resultados bastantes satisfatórios em relação à meta global.
- B) Ele mostrou bastante resultados em relação à meta global.
- C) Eles mostraram bastantes resultados em relação à meta global.
- D) Ele mostrou resultado bastantes satisfatórios em relação à meta global.

COMENTÁRIOS:

A banca anulou a questão. Vamos analisar as alternativas:

A) "Eles mostraram resultados bastantes satisfatórios em relação à meta global."

Errado.

O termo "bastantes" está flexionado no plural, mas sua função na frase não exige essa flexão. Como "bastante" está modificando o adjetivo "satisfatórios", ele funciona como **advérbio de intensidade**, que é invariável.

Forma correta: **"Eles mostraram resultados bastante satisfatórios em relação à meta global."**

B) "Ele mostrou bastante resultados em relação à meta global."

Errado.

O termo "bastante" deveria concordar com "resultados", pois está indicando uma **quantidade indefinida** (função de pronome indefinido). Como "resultados" está no plural, a forma correta seria:

"Ele mostrou bastantes resultados em relação à meta global."

C) "Eles mostraram bastantes resultados em relação à meta global."

Certo.

O termo "bastantes" acompanha o substantivo "resultados" e indica uma quantidade indefinida, funcionando como **pronome indefinido**. Como os pronomes indefinidos concordam em número com o substantivo a que se referem, a flexão no plural está correta.

D) "Ele mostrou resultado bastantes satisfatórios em relação à meta global."

Errado.

A alternativa apresenta dois erros:

"Resultado" está no **singular**, mas "bastantes" está no **plural**, o que quebra a concordância.

O termo "bastantes" está modificando "satisfatórios", funcionando como **advérbio de intensidade**, que é invariável.

Forma correta: "Ele mostrou resultado bastante satisfatório em relação à meta global."

Não vejo motivos para a anulação da questão, pois a alternativa C está corretamente formulada de acordo com as regras de concordância. O termo "bastantes" concorda com "resultados", funcionando como pronome indefinido e flexionando no plural, como exige a norma gramatical. Portanto, o gabarito deveria ter sido mantido como letra C.

Gabarito: Anulada

18. (IDECAN / PREFEITURA DE MOSSORÓ - RN / 2024) Tendo em vista que a classificação de uma palavra depende do contexto na frase, o termo em destaque na sentença "segundo a pesquisa, 59% das pessoas acreditam que teremos computadores e robôs interagindo com seres humanos em casa e no trabalho em 2050" apresenta a mesma classe gramatical e o mesmo sentido em:

- A) Marte é o segundo destino escolhido por brasileiros.
- B) O robô informou ao seu dono que chegará em um segundo.
- C) Em 2050, segundo especialistas, as pessoas terão robôs para ajudar em casa.
- D) O computador é o segundo bem de consumo mais adquirido no mundo.
- E) O evento sobre a interação entre robôs teve o segundo maior público.

COMENTÁRIOS:

Em "segundo a pesquisa", "segundo" é um conectivo conformativo. Equivale a "conforme", "consoante", "de acordo com".

O mesmo ocorre em C) Em 2050, **segundo** especialistas, as pessoas terão robôs para ajudar em casa.

Vejamos o valor de "segundo" nas demais frases:

- A) Marte é o segundo destino escolhido por brasileiros. "segundo" é numeral adjetivo.
- B) O robô informou ao seu dono que chegará em um segundo. "segundo" é substantivo, indicando medida de tempo.
- D) O computador é o segundo bem de consumo mais adquirido no mundo. "segundo" é numeral adjetivo.
- E) O evento sobre a interação entre robôs teve o segundo maior público. "segundo" é numeral adjetivo.

Portanto, o gabarito é C.

Gabarito: C

19. (IDECAN / PREF. JOÃO PESSOA PB / 2024) Na sentença “Ninguém lhe nega coração” o item que segue a mesma regra de colocação pronominal é

- A) Todos lhe ofereceram o coração por estarem apaixonados por ela.
- B) Então, entreguei-lhe o convite para entrar em meu coração.
- C) Ninguém ajudou-lhe conquistar o coração do seu namorado.
- D) Durante a festa, ninguém, que estava presente, lhe negou o coração amigo.

COMENTÁRIOS:

A questão exige a identificação da alternativa que segue a **mesma regra de colocação pronominal** presente na frase **"Ninguém lhe nega coração."**

Na frase original, o pronome "lhe" está colocado antes do verbo (próclise) porque a palavra **"ninguém"** é um **pronome indefinido**, e pronomes indefinidos são palavras atrativas que exigem a próclise.

Agora, vamos analisar cada alternativa.

A) "Todos lhe ofereceram o coração por estarem apaixonados por ela."

Certo.

Assim como "ninguém" na frase original, **"todos" também é um pronome indefinido**, e pronomes indefinidos exigem a próclise.

Portanto, essa alternativa segue a mesma regra da frase original e está correta.

B) "Então, entreguei-lhe o convite para entrar em meu coração."

Errado.

Aqui há **ênclise**, pois o pronome "lhe" aparece **depois do verbo** ("entreguei-lhe"). Como não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo, o uso da ênclise é permitido, mas **não segue a mesma regra da frase original**, que exige próclise.

C) "Ninguém ajudou-lhe conquistar o coração do seu namorado."

Errado.

A palavra "ninguém" continua sendo um pronome indefinido e, por isso, exige a **próclise**. No entanto, nesta alternativa, foi usada a **ênclise** ("ajudou-lhe"), o que torna a construção incorreta.

A forma correta seria:

"Ninguém lhe ajudou a conquistar o coração do seu namorado."

A colocação do pronome está errada, tornando essa alternativa incorreta.

D) "Durante a festa, ninguém, que estava presente, lhe negou o coração amigo."

Errado.

O problema desta alternativa está na construção da frase. O pronome "lhe" está depois de uma **oração intercalada** ("que estava presente"), o que pode criar uma dúvida quanto à obrigatoriedade da próclise.

Se a oração intercalada for desconsiderada, a estrutura essencial da frase seria:

"Durante a festa, ninguém lhe negou o coração amigo."

Essa construção estaria correta, pois "ninguém" exige próclise.

Porém, a interposição da oração "que estava presente" pode gerar ambiguidade e afetar a clareza da frase. Isso pode ter levado a banca a considerá-la um caso diferente, justificando sua exclusão como resposta correta.

A melhor forma de escrita, evitando dúvidas, seria:

"Durante a festa, ninguém lhe negou o coração amigo."

Essa estrutura mantém a próclise obrigatória e evita a interrupção do fluxo da oração principal.

Gabarito: A

20. (IDECAN / PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - PB / 2024) Sobre o pronome referencial destacado no excerto a seguir, marque a alternativa correta.

"Entre 2010 e 2019, o Brasil registrou um aumento de 13,5% nas mortes (em números absolutos) no trânsito, em relação à década anterior, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes que cresceu 2,3% neste período [...]"

- A) Constitui uma infração, pois, como se refere ao período à década anterior, deveria ser nesse período.
- B) O pronome se refere corretamente ao trecho entre 2010 e 2019.
- C) O pronome se refere corretamente ao trecho à década anterior.
- D) Constitui uma infração, pois, como se refere ao período entre 2010 e 2019, deveria ser naquele período.

COMENTÁRIOS:

Essa questão foi muito controversa, o texto é confuso. Lendo rapidamente, parece que retoma o período inicial, retomando o intervalo **entre 2010 e 2019**.

Contudo, observem que há dois períodos já mencionados e foi utilizado o pronome "neste", que, pela regra dos demonstrativos, retoma o período mais próximo.

*"Entre 2010 e 2019, o Brasil registrou um aumento de 13,5% nas mortes (em números absolutos) no trânsito, em relação **à década anterior**, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes que cresceu 2,3% **neste** período [...]"*

Retoma, portanto, "década anterior".

Além disso, vejam que na década anterior, o aumento foi de 2, 3%. Na década seguinte, cresceu 13,5%, por isso o gabarito na letra C.

Gabarito: C

ATUALIDADES

21. (IDECAN/PM BA/Auxiliar/2025) 2023 começou com a taxa básica de juros nas alturas. Somente a partir da quinta reunião do ano, em agosto, vimos uma redução na Selic. Antes, durante todo o primeiro semestre de 2023 houve queda de braço. De um lado, o governo federal pressionava e criticava os juros altos. Em fevereiro, o presidente Lula disse que não havia explicação para juros anuais de 13,5%, o maior nível desde janeiro de 2017. Do outro lado, o presidente do Banco Central Roberto Campos Neto defendia a austeridade, em nome do controle da inflação. A redução de meio ponto percentual decidida em agosto, deu início a uma fase de relações mais amistosas. Foi o primeiro corte depois de três anos. Finalmente, em dezembro daquele ano, depois da quarta queda consecutiva, a Selic chegou a 11,75% ao ano. Assim, 2024 começou com promessas de mais cortes e, ao final do ano corrente, a estimativa dos analistas é que a Selic esteja em 9,25%. Diante de tal cenário, a definição quanto ao índice Selic, cabe exclusivamente ao órgão corretamente pontuado apenas em:

- A) Casa da Moeda do Brasil.
- B) Superintendência de Finanças Complexas.
- C) Ministério da Economia.
- D) Comitê de Política Monetária do Banco Central.
- E) Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

COMENTÁRIOS:

A alternativa correta é D, pois o órgão competente para alterar a taxa Selic é o comitê de política monetária do banco central, Copom. Ele é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia, a Selic.



<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>

A taxa foi de 13,75% entre agosto de 2022 e setembro de 2023. Depois disso o BC acabou realizando sucessivas quedas dos juros, totalizando 6 cortes. Ela caiu para 10,5% ao ano e voltou a subir e chegou em janeiro com 12,25%.

Segundo o **Comitê de Política Monetária (Copom)**, a alta é justificada por diversos fatores. Dentre elas, foi dito a respeito das “pressões no mercado de trabalho e um hiato do produto positivo”, que em outras palavras significa dizer que a previsão é de que os consumidores brasileiros começarão a consumir mais produtos que a capacidade de produção suporta, gerando alta na inflação.

Sintetizando, a Selic acaba sendo uma forma de controle da inflação. O nome da taxa Selic é originado da sigla do “Sistema Especial de Liquidação e de Custódia”, uma ferramenta do mercado financeiro que está sob a administração do Banco Central. É por este sistema que são transacionados os títulos públicos federais. Assim, a Selic é o principal instrumento que o Banco Central possui em mãos para lidar com a inflação, medida pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**.

Incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois a Casa da Moeda do Brasil é responsável pela fabricação de moedas e cédulas para o Banco Central. Foi fundada em 1694 e possui um papel crucial na economia brasileira.

A alternativa B está incorreta, pois não existe tal órgão.

A alternativa C está incorreta, pois o Banco Central é a autoridade monetária brasileira, responsável por regular a oferta de dinheiro, controlar a inflação, e manter a estabilidade econômica. Formula e implementa a política monetária ajustando a taxa Selic.

A autonomia foi estabelecida através da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a autonomia do Banco Central do Brasil, que proporcionou a ele maior liberdade para tomar decisões de política monetária sem interferência política direta. A lei estabelece que o presidente e diretores do BC terão mandatos fixos de quatro anos, não coincidentes com o do Presidente da República.

A alternativa D está incorreta, pois o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é uma unidade de inteligência financeira brasileira destinada a prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e outros crimes financeiros. Criado em 1998, o COAF é desde 2020 vinculado ao Banco Central e atua monitorando transações financeiras para identificar atividades suspeitas, relatadas por bancos e outras instituições obrigadas. Por exemplo, na Operação Lava Jato, ele foi fundamental na identificação de movimentações atípicas em contas bancárias relacionadas a empresas, executivos e políticos envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras desde 2021.

Gabarito: D

22. (IDECAN/PM BA/Auxiliar/2025) Em 2024, culturalmente, mesmo com a chegada em definitivo das plataformas de áudio e transmissão de arquivos, tivemos um gênero musical que continua sendo o mais ouvido do Brasil, segundo um *ranking* da Pro-Música, que representa gravadoras e produtoras do país. O levantamento considerou dados das principais plataformas de streaming e apontou uma lista das 50 faixas mais ouvidas no primeiro semestre de 2024. Dos dez artistas mais reproduzidos nesse período, oito são desse gênero. A cantora Lauana Prado é quem lidera, com um *single* que inclui a regravação de “Escrito nas Estrelas”, hit que fez sucesso na voz de Tetê Espíndola, em 1985. Estamos nos referindo corretamente ao estilo musical:

- A) Funk.
- B) Sertanejo.
- C) MPB.
- D) Eletrônico.
- E) Pop.

COMENTÁRIOS:

A alternativa correta é B, pois de acordo com a lista publicada pelo Spotify dos artistas e das músicas mais ouvidas, a dupla sertaneja Henrique e Juliano liderou o ranking no Brasil, e o gênero sertanejo dominou a categoria de álbuns mais escutados no país.

O top 5 dos artistas mais ouvidos no país apresentou uma mistura de gêneros: a dupla sertaneja Henrique e Juliano em primeiro lugar, seguida pelo funkeiro MC Ryan em segundo. Ana Castela, representante do sertanejo, ocupou a terceira posição, enquanto os funkeiros MC IG e MC PH ficaram em quarto e quinto lugares, respectivamente. No cenário global, Taylor Swift manteve sua posição como a artista mais ouvida do mundo pelo segundo ano consecutivo.

Gabarito: B

23. (IDECAN/PM BA/Auxiliar/2025) Desafortunadamente, 2023 foi um ano violento no cenário global. A guerra estourou entre Israel e o Hamas em Gaza, causando a morte de milhares de palestinos e centenas de israelenses, incluindo muitas crianças de ambos os lados. E a amarga guerra entre a Rússia e a Ucrânia continuou sem fim à vista. Como resultado do foco nesses dois conflitos, outros países ficaram fora do radar de muitas pessoas. Porém, algumas dessas nações estão lidando com uma agitação latente que entraram em erupção em 2024 e chamaram a atenção do mundo, a exemplo da guerra civil que segundo a ONU já causou mais de 300 mil mortes desde seu início em 2014, e que também continua sem horizonte visível para seu fim. Ainda segundo a ONU, metade das mortes naquele país foram causadas diretamente pelo conflito armado, enquanto que a outra metade ocorreu em consequência da fome e de doenças causadas pela crise humanitária em larga escala combinada com a tensão no Mar Vermelho, com ataques houthis relacionados ao embate Israel-Hamas, dez anos depois do início do conflito interno, fazendo daquele país o mais pobre do Oriente Médio. Estamos aqui nos referindo corretamente aos conflitos deflagrados apenas no / em:



- A) Iêmen.
- B) Burkina Faso.
- C) Mali.
- D) Mianmar.
- E) Líbano.

COMENTÁRIOS:

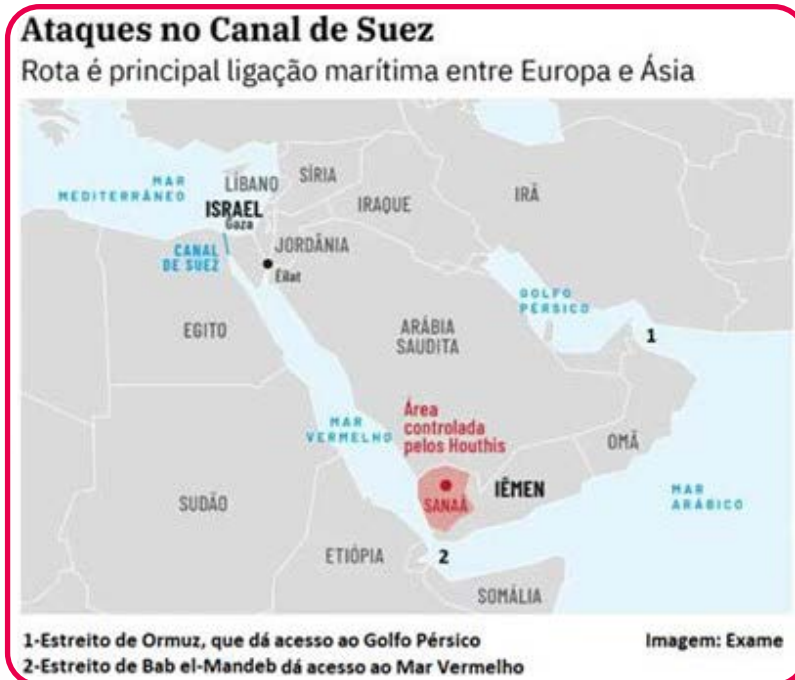
A alternativa correta é A, pois o Iêmen encontra-se em um dos mais complexos cenários geopolíticos do século XXI. Desde 2014, o país é devastado por uma guerra civil, onde o norte permanece sob controle dos rebeldes **Houthis**, movimento fundamentalista xiita fortemente armado, enquanto o sul é dominado pelo Conselho de Transição do Sul, grupo separatista que busca a autonomia.

O cenário atual é marcado pelos ataques Houthis no Mar Vermelho, incluindo ataques sofisticados a navios comerciais internacionais, declaradamente em solidariedade a Gaza, mas também como forma de pressão contra interesses ocidentais.

O Iêmen enfrenta o que a ONU classifica como **a mais grave crise humanitária global**, com aproximadamente 21,6 milhões de pessoas (80% da população) necessitando assistência humanitária urgente, um sistema de saúde completamente colapsado e níveis alarmantes de insegurança alimentar que beiram a fome em massa.

O conflito reflete as tensões regionais, especialmente a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã pelo domínio do Oriente Médio, com implicações diretas para a estabilidade regional, segurança marítima internacional e

economia global, particularmente devido à sua localização estratégica próxima ao **Estreito de Bab el-Mandeb**. Cerca de 40% do comércio mundial passa pelo estreito.



As demais alternativas estão incorretas, pois não se referem ao conflito descrito. As alternativas B e C abordam os conflitos em Burkina Faso e Mali, respectivamente, que enfrentam insurgências jihadistas no Sahel, resultando em deslocamentos e em crises humanitárias. A alternativa D, Myanmar lida com as consequências de um golpe militar que intensificou os conflitos étnicos, especialmente contra os Rohingya. A alternativa E, o Líbano enfrenta uma grave crise econômica e política pela influência do Hezbollah. Todos esses países compartilham problemas como instabilidade política, violência generalizada e deterioração das condições humanitárias, desafiando a comunidade internacional a encontrar soluções eficazes para promover a paz e os Direitos Humanos.

Gabarito: A

24. (IDECAN/PM BA/Auxiliar/2025) O ano de 2024 quebrou mais um recorde. Só que desta vez, no quesito “desastres ambientais”. O Brasil bateu recorde de emissões de carbono, chegando a um volume de 183 milhões de toneladas, de acordo com o levantamento do Serviço de Monitoramento Atmosférico Copernicus (Cams). Desse total, um terço (65 milhões de toneladas) foi emitido apenas no mês de setembro. Ainda, estatisticamente, o Brasil encerrou o mês de agosto de 2024 com o pior número de registros em 14 anos: foram 68.635 ocorrências, um crescimento de 144% em relação ao mesmo período em 2023. Somente em setembro, foram registrados 83.157 casos, tornando este o pior mês do ano em número histórico, até então, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Sendo responsável por emissões recorde de carbono em um curto período de tempo, sob o ponto de vista energético, o país pode experimentar um agravamento de escassez de recursos hídricos a partir de tais eventos. Do ponto de vista energético, as consequências vêm a médio e longo prazo, impactando na nossa maior fonte da matriz energética, que é a hídrica. Tais inferências nos levam diretamente ao preocupante índice de

- A) enchentes.
- B) esterilização do solo.
- C) queimadas.
- D) escassez de precipitações pluviais.
- E) poluição urbana.

COMENTÁRIOS:

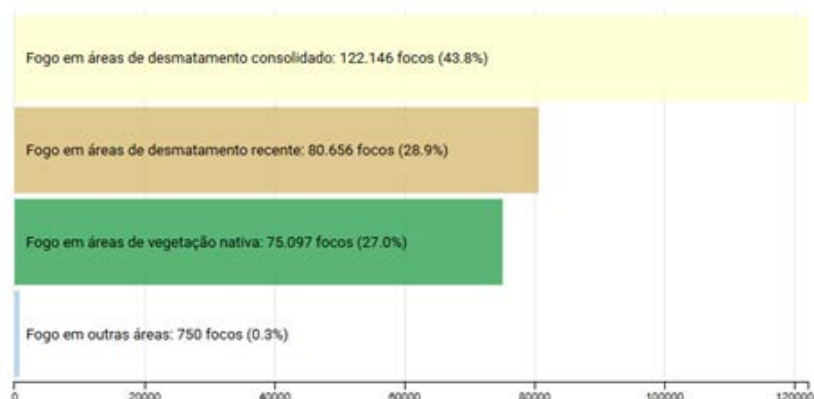
A alternativa correta é C. De acordo com o instituto Terra Brasilis, em 2024 aumentaram os focos de queimada, principalmente nas áreas de desmatamento consolidado e recente. A redução da vegetação tem impactos profundos na disponibilidade hídrica e energética. Lembre-se, por exemplo, de que o cerrado é a caixa d'água do Brasil, pois suas raízes profundas, xeromórficas, prestam o importante serviço ecológico de aumentar a infiltração da água no subsolo e abastecer os lençóis freáticos e as cabeceiras dos rios.

Com o avanço do desmatamento, diminui a infiltração da água no subsolo a ponto de diminuir o volume dos rios e impactar a navegabilidade e a produção de hidrelétrica. Assim, o governo federal liga as termelétricas, o que provoca o aumento no custo de produção e no preço final da energia ao consumidor.

A longa estiagem e ondas de calor são devido a fatores naturais como o fenômeno El Niño e a ação antrópica, especificamente nas questões relacionadas ao desmatamento e ao uso ilegal do fogo. Nos últimos anos, houve um aumento drástico na divulgação de tragédias provocadas por ciclones, tempestades, grandes secas e ondas de calor, que geraram extremos climáticos nas regiões brasileiras.

O Brasil, por exemplo, registrou em 2024 o ano com a maior média de temperatura desde 1961, dado que se mostra cada vez mais preocupante quando tratamos da questão climática. No entanto, é importante enfatizar que os anos mais quentes sempre estiveram relacionados à ocorrência do fenômeno El Niño.

Classes com maior número de focos

**Gabarito: C**

25. (IDECAN/PM BA/Auxiliar/2025) Asseverou a Agência Brasil que a abstenção dos eleitores no segundo turno das eleições municipais ficou próxima do patamar registrado durante as restrições provocadas pela pandemia de Covid-19. A Justiça Eleitoral registrou, em todo o país, a ausência de 29,26% do eleitorado. O percentual equivale a 9,9 milhões de eleitores que não compareceram às urnas. O número de ausentes foi consolidado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2020, durante a pandemia de Covid, a abstenção no segundo turno foi de 29,53%. Nas eleições presidenciais de 2022, abstenção no segundo turno foi de 20,57%. O alto índice de abstenção no segundo turno foi registrado principalmente em capitais das regiões Sul e Sudeste do país, de modo que podemos assinalar corretamente apenas o que se afirma em:

- A) A maior abstenção entre as capitais foi registrada em Belo Horizonte, onde o índice chegou a 31,95%.
- B) A maior abstenção entre as capitais foi registrada em Curitiba, onde o índice chegou a 30,37%.
- C) A maior abstenção entre as capitais foi registrada em São Paulo, onde o índice chegou a 31,54%.
- D) A maior abstenção entre as capitais foi registrada em Goiânia, onde o índice chegou a 34,20%.
- E) A maior abstenção entre as capitais foi registrada em Porto Alegre, onde o índice chegou a 34,83%.

COMENTÁRIOS:

A alternativa correta é E, pois Porto Alegre registrou a maior abstenção entre as capitais, com 34,83% na eleição presidencial de 2022, de acordo com as notícias amplamente divulgadas pela imprensa.

- a) Incorreta. Belo Horizonte teve uma abstenção de 31,95%, mas não foi a maior entre as capitais.
- b) Incorreta. Curitiba teve uma abstenção de 30,37%, mas não foi a maior entre as capitais.
- c) Incorreta. São Paulo teve uma abstenção de 31,54%, mas não foi a maior entre as capitais.
- d) Incorreta. Goiânia teve uma abstenção de 34,20%, mas não foi a maior entre as capitais.

Gabarito: E

26. (INSTITUTO VERBENA/TJ-AC/2024) Leia a charge a seguir.



O conceito de globalização surge na década de 1980 e se populariza ao longo do tempo traduzindo aspectos diversos como a divisão de tecnologias na área de comunicação, circulação de informações e fluxos financeiros. Esse fenômeno mundial tem vários efeitos sobre a sociedade, a cultura e a economia mundial. Diante do exposto, a charge apresentada se insere nesse contexto ao expor

- A) as dificuldades de acesso à internet entre pessoas que moram em áreas de morro devido as condições de relevo.
- B) o acesso desigual de internet das pessoas mais pobres desmistificando que a globalização seja igual para todos.
- C) as péssimas condições de moradia nas áreas urbanas das grandes cidades onde muitas vezes se tem escassez da rede técnica dificultando o acesso à internet.
- D) o analfabetismo tecnológico que atinge a vida dos mais pobres por falta de renda para acessar a internet.

COMENTÁRIOS:

A globalização, como fenômeno complexo que engloba a interconexão econômica, cultural e social em escala global, muitas vezes é percebida como uma força homogeneizadora que beneficia a todos de maneira igual. Na charge, observe que a palavra sinal está com cifrões: \$\$\$INAL. Ou seja, o motivo de não haver internet é a falta de dinheiro para pagar por esse serviço. Assim, a charge destaca que o acesso à internet, uma das principais ferramentas da globalização, não é igual para todos, evidenciando as desigualdades socioeconômicas que persistem no mundo contemporâneo.

Portanto, a alternativa correta é a letra "B", que ressalta o acesso desigual à internet das pessoas mais pobres, desmistificando a ideia de que a globalização beneficia todos de forma igualitária.

Gabarito: B

27. (QUADRIX/PREFEITURA DE BARREIRAS-BA/2022) Julgue os itens seguintes, referentes aos impactos da pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo.

I- A Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda em 2019, declarou a pandemia do novo coronavírus, e o primeiro caso oficial de covid-19 foi o de um paciente na cidade de Wuhan, na China.

II- O surto do novo coronavírus foi considerado pela OMS uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

III- As ações do governo federal para o combate da pandemia do novo coronavírus e de seus impactos no Brasil incluíram a compra de vacinas e o pagamento do auxílio emergencial para uma parcela de trabalhadores brasileiros.

Assinale a alternativa correta.

- A) Nenhum item está certo.
- B) Apenas os itens I e II estão certos.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

COMENTÁRIOS:

I - Incorreto. Foi no dia 11 de março de 2020 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que havia uma pandemia de um novo Coronavírus no mundo. O primeiro caso oficial de covid-19 foi na cidade de Wuhan, na China.

II - Correto. O surto do novo Coronavírus foi considerado pela OMS uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) no mês de janeiro de 2020. Isso ocorreu antes da declaração de pandemia, pois é um estágio anterior, sendo a sua declaração um alerta para as possíveis consequências do vírus, as quais de fato ocorreram.

A varíola dos macacos também foi declarada uma ESPII, em julho de 2022, mas não progrediu para o estágio de pandemia.

III - Correto. As ações do Governo Federal para o combate à pandemia do novo Coronavírus e de seus impactos no Brasil incluíram a compra de vacinas e o pagamento do auxílio emergencial para uma parcela de trabalhadores brasileiros.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

28. (IDECAN/PREFEITURA DE FORTALEZA – CE/2023) Nos últimos meses, o Presidente Lula tem criticado severamente o patamar da taxa básica de juros da economia brasileira, ao passo que o Banco Central do Brasil, mantendo-se contrário a uma redução acelerada da Taxa SELIC, tem demonstrado preocupação com as pressões inflacionárias. Todo esse embate institucional envolve as decisões tomadas pelo(a):

- A) Procon.
- B) Decon.
- C) Secom.
- D) Copom.

COMENTÁRIOS:

Ao assumir como Presidente da República, em 2023, Lula pressionou o Banco Central do Brasil para reduzir a taxa básica de juros da economia, a Selic. Dentro do Banco Central do Brasil, existe o Comitê de Política Monetária (Copom), um órgão constituído pelo Presidente do Banco Central e diretores que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia, com o objetivo de controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica no Brasil. Portanto, o embate entre o presidente da República e o Banco Central envolvia as decisões tomadas pelo Copom. Assim, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

29. (IBADE/IBGE/2020 - AGENTE CENSITÁRIO/ADAPTADA) É correto afirmar que em 2022, o IBGE realizará:

- A) XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- B) X Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- C) XIII Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- D) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- E) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato dos estados” do País.

COMENTÁRIOS:

Conforme o Manual do Recenseador de 2022 do IBGE, página 09, [disponível na própria página do órgão](#), em 2022, o IBGE realizaria o XIII Censo Demográfico, que seria um “retrato de corpo inteiro” do país.

Gabarito: A

30. (VUNESP/EPC/2023) Políticas públicas em todo o mundo têm sido reorientadas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Brasil, o cumprimento dos ODS está seriamente comprometido.

(Carta Capital. <https://bit.ly/3la1jZy>. 06.12.2022)

No Brasil, entre as metas cruciais dos ODS não cumpridas está

- A) a alta proporção da população vivendo abaixo da linha da pobreza.
- B) o fraco crescimento vegetativo provocado pela alta taxa de mortalidade.
- C) a pequena proporção de idosos no conjunto da população.
- D) a forte concentração da população em áreas rurais.
- E) o fraco crescimento demográfico nas áreas mais pobres.

COMENTÁRIOS:

Entre as alternativas, a única que apresenta corretamente uma meta que se relaciona aos objetivos do desenvolvimento sustentável é a redução da pobreza, presente na alternativa “A”. Essa é, inclusive, a 1ª dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

No Brasil, é alta a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza. Desse modo, essa é uma das metas cruciais dos ODSs não cumprida no país.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

31. (AVANÇA-SP/PREFEITURA DE SÃO MIGUEL ARCANJO-SP/2023) Na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 27) realizada em novembro de 2022, representantes de mais de 190 países firmaram um importante acordo, considerado até mesmo histórico. Assinale a alternativa que aponta corretamente o teor de tal acordo:

- A) criação de um fundo para danos em países vulneráveis.
- B) envio de médicos para os países pobres.
- C) paralisação da exploração de petróleo nos países em desenvolvimento.
- D) investimento na dessalinização do litoral de países do continente africano.
- E) investimento no setor da pesca sustentável.

COMENTÁRIOS:

Um dos principais pontos acordados ao final da COP-27 foi a criação de um fundo para ajudar países pobres que sofrem com os desastres causados pelas mudanças climáticas.

O objetivo desse fundo é financiar a implementação de projetos para que os países se adaptem às mudanças climáticas e para que reduzam os impactos dessas mudanças.

Esse fundo será financiado pelos países ricos, que mais têm contribuído historicamente com o aquecimento global.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

32. (IBFC/PC-BA/2022) “A tecnologia 5G é um novo padrão para dispositivos móveis que trará mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas na forma como as pessoas utilizam esses aparelhos. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações, o 5G, ou quinta geração da telefonia móvel, é uma nova tecnologia de transporte de dados em redes envolvendo dispositivos móveis. Ele sucede gerações anteriores, mas autoridades e especialistas apontam que terá melhorias não apenas incrementais, mas qualitativas” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Analise as afirmativas abaixo.

I. A tecnologia 5G permitirá a interconexão de diversos outros equipamentos em casa ou no escritório.

II. Ter um aparelho com 5G possibilitará um melhor tempo de processamento de downloads e uploads.

III. A rede 5G permitirá a possibilidade de estudos e trabalho remoto com maior qualidade nas videoconferências.

IV. As ondas de 5G têm maior alcance em relação à 4G e, por isso, será preciso a construção de poucas antenas para espalhar o sinal em todo o país.

Estão corretas as afirmativas:

- A) II e III apenas
- B) I e II apenas
- C) I, II e III apenas
- D) I e IV apenas
- E) II, III e IV apenas

COMENTÁRIOS:

I - Correta. A grande melhoria no sinal de internet, fornecida pela tecnologia da 5G, permitirá a interconexão de vários equipamentos em casa ou no escritório, possibilitando o acesso a produtos inovadores e utilidades domésticas que ainda não são utilizados no país pela baixa capacidade de conexão.

II - Correta. A tecnologia da 5G apresenta um tempo de resposta muito menor do que da atual rede de internet (4G). Com isso, a utilização dessa tecnologia possibilitará melhor tempo de processamento de downloads e uploads.

III - Correta. Uma das áreas que será beneficiada pela tecnologia 5G será a da educação, pois a maior velocidade da conexão à internet propiciada pelo 5G permitirá que os estudos e trabalhos remotos sejam realizados com mais qualidade nas videoconferências. A tendência é de que o mercado de ensino remoto e de que o trabalho remoto se expandam nos próximos anos, graças a essa tecnologia.

IV - Incorreta. O 5G, em comparação com o 4G, usa uma faixa de frequência mais alta, que permite a conexão de mais aparelhos usando seus dados. Entretanto, seu alcance é menor, já que as ondas eletromagnéticas usadas na tecnologia são as conhecidas como “ondas milimétricas”.

Mas não precisamos conhecer a fundo a parte física dessa tecnologia, apenas mencionei essa explicação para fins de conhecimento. O erro dessa alternativa é bastante claro, ao afirmar que “será preciso a construção de poucas antenas para espalhar o sinal em todo o país”. Claramente isso está incorreto. Para disponibilizar a tecnologia, vultuosos recursos financeiros estão sendo alocados na construção e na expansão de redes de fibra ótica e de antenas, para permitir a transmissão e a recepção do sinal.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

33. (IBFC/PC-BA/2022) "A organização passou para o centro das discussões da diplomacia internacional em meados de abril e ao longo de maio de 2022, devido à possibilidade de adesão da Finlândia e da Suécia, em meio à Guerra na Ucrânia. A Rússia é contrária à entrada dos dois países na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (G1, 2022)".

Analise as afirmativas abaixo e de valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Foi criada em 1989, após o término da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim.

() Foi criada sob a liderança dos Estados Unidos em oposição à Inglaterra.

() É um bloco econômico atualmente liderado por EUA, China e Coreia do Sul.

() Ucrânianos pleiteavam entrada no grupo, o que foi um dos motivos para a invasão russa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) F-V-V-V
- B) F-F-F-F
- C) V-V-F-V
- D) V-F-V-F
- E) F-F-F-V

COMENTÁRIOS:

I - Falso. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi fundada no ano de 1949, em meio ao contexto global da Guerra Fria, período histórico no qual norte-americanos e soviéticos disputaram o controle hegemônico do planeta. Os EUA defendiam o capitalismo e a URSS o socialismo. A OTAN foi criada tendo como um de seus principais objetivos conter e limitar a expansão da União Soviética (URSS).

A queda do muro de Berlim ocorreu em 9 de novembro de 1989, e foi um evento crucial na história mundial, marcando a queda da “Cortina de Ferro” e o início da derrocada do comunismo na Europa Oriental e Central.

II - Falso. A OTAN foi criada sob liderança dos Estados Unidos, em oposição à União Soviética (URSS). O Reino Unido, Estado do qual a Inglaterra faz parte, esteve na OTAN desde a data de sua criação, sendo desde então um dos principais aliados dos Estados Unidos.

III - Falso. A OTAN não é um bloco econômico. É uma aliança militar liderada pelos Estados Unidos. A China e a Coreia do Sul não participam do grupo.

IV - Verdadeiro. Com o fim da URSS, em dezembro de 1991, a OTAN passou a se expandir para o Leste Europeu, chegando na possível adesão da Ucrânia à aliança militar. A Ucrânia fez parte da URSS, mas se tornou independente em 1991, durante o colapso do bloco socialista.

Nos anos recentes, a Ucrânia passou a pleitear a entrada na OTAN. Atualmente, a Ucrânia é um "país parceiro" do grupo, o que significa que pode ser autorizada a ingressar na aliança em algum momento no futuro.

Esse foi um dos fatores principais para justificar a ofensiva militar russa ao país. Como a União Soviética e a ameaça do comunismo não existem mais, a expansão da OTAN é vista por Moscou como a continuação de uma Guerra Fria e uma tentativa de cercar e isolar a Rússia. Dessa forma, a participação da Ucrânia na aliança militar representaria uma ameaça à segurança nacional russa.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

34. (PM-PI/NUCEPE/2022 – SOLDADO) “Os Estados Unidos retornaram oficialmente ao Acordo de Paris sobre o Clima, nesta sexta-feira, 19, e o governo do presidente Joe Biden prometeu tornar a batalha ambiental prioridade máxima de seu governo.”

Fonte: Estados Unidos retornam oficialmente ao Acordo de Paris. Carta Capital, 19 de fev. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/estadosunidos-retornam-oficialmente-ao-acordo-de-paris/>

As discussões acerca da intensificação do efeito estufa e dos impactos do aquecimento global têm mobilizado cientistas, Estados nacionais e organismos internacionais na busca por soluções e acordos visando à redução das emissões dos chamados gases do efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), o gás metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O). Sobre o aquecimento global e as ações para combatê-lo, é CORRETO afirmar que

- A) o uso de combustíveis fósseis não contribui para o aquecimento global.
- B) os países que mais emitem gases de efeito estufa são Portugal, Estados Unidos e França.
- C) o Protocolo de Kyoto é um acordo internacional para a redução dos gases do efeito estufa por parte dos países asiáticos.
- D) o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é uma organização criada no âmbito do governo brasileiro para monitorar dados relacionados às mudanças climáticas.
- E) a pecuária bovina é responsável pela emissão de gases do efeito estufa, principalmente óxido nitroso (N₂O), metano (CH₄) e gás carbônico (CO₂); este último a partir do desmatamento necessário à mudança de uso da terra imposta pela pecuária.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. A queima de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo, libera grandes quantidades de gases do efeito estufa na atmosfera, contribuindo muito para o aquecimento global.

b) Incorreto. Os países que mais emitem gases de efeito estufa são também aqueles com as maiores economias do mundo: China, em primeiro lugar, e Estados Unidos, em segundo lugar (considerando as emissões anuais).

c) Incorreto. O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional, assinado em 1997, que estabeleceu a redução da emissão de gases do efeito estufa pelos países ricos, com base no entendimento de que, por terem iniciado seu processo de industrialização há muito mais tempo, essas nações produziram a maior parte dos gases acumulados na atmosfera.

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 2005, mas grandes poluidores, como os Estados Unidos, não o ratificaram por considerar que isso afetaria a sua economia. O prazo do protocolo venceu em 2012, mas foi prorrogado até 2020 por falta de um novo acordo, quando o seu período de vigência se encerrou.

d) Incorreto. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é uma organização internacional que foi criada no âmbito das Nações Unidas. O seu objetivo é sintetizar e divulgar o conhecimento mais avançado sobre as mudanças climáticas que afetam o mundo na atualidade, especificamente o aquecimento global, além de apontar as causas, os efeitos e os riscos para a humanidade e para o meio ambiente, sugerindo maneiras de combater tais problemas. Atualmente, o IPCC conta com 195 países membros, entre eles o Brasil.

e) Correto. O metano (CH₄) e o óxido nitroso (NO₂) são os principais gases emitidos pela pecuária com efeito estufa. Para a implantação de pastagens para o gado, é feito o desmatamento (o corte de vegetação), o que emite o gás carbônico (CO₂), por isso que a questão afirma que esse gás também é emitido pela pecuária.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

35. (IBADE/IDAF-AC/2020-TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) A pauta cresceu, e os chilenos passaram a brigar contra a desigualdade social. Após os atos de vandalismo, o presidente Sebastián Piñera declarou estado de emergência e toque de recolher. Apesar da violência policial, o movimento reuniu mais de 1 milhão de pessoas em Santiago, no dia 25 (25/10/2019). A revolta é a principal crise no país desde o fim da ditadura, em 1990.

(folha, 02/11/2019. disponível em: < <http://bit.ly/39iwbxm>>. adaptado)

É correto afirmar que as manifestações no Chile tiveram sua origem:

- A) com o aumento nas tarifas de transporte público.
- B) com pedido de renúncia do presidente Sebastián Piñera.
- C) com a descoberta de fraude nas eleições.
- D) com a decisão do presidente de extinguir os subsídios sobre o petróleo.
- E) com o aumento do preço do trigo.

COMENTÁRIOS:

As manifestações no Chile tiveram sua origem com o aumento nas passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75% nos horários de pico, de 800 para 830 pesos, o equivalente a 15 centavos de real. A medida foi suspensa dias depois, mas os protestos continuaram e se agigantaram, passando a englobar outras pautas, vindo a diminuir após o governo chileno atender a várias pautas dos manifestantes, principalmente a da realização de um plebiscito sobre a elaboração de uma nova Constituição para o país.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

36. (IDECAN/SAP CE/2024) Dentre as alternativas a seguir, referente ao disposto na Lei 7.210/84 (que institui a Lei de Execução Penal), assinale a que esteja correta.

- A) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando evitar o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, porém não se estenderá ao egresso.
- B) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- C) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter repressivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e psicológico.
- D) Ao condenado à pena privativa de liberdade será facultado o trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- E) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado também em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. O limite máximo do número de presos será de 5% (cinco por cento) do total de empregados na obra.

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** A assistência se estende ao egresso do sistema nos seguintes termos: “Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso”.

b) **CORRETA.** É a literalidade do art. 36, caput e § 3º, da LEP:

“Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. § 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.”

c) **INCORRETA.** Pegadinha da banca, que só trocou a palavra:

“Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”.

d) **INCORRETA.** O trabalho é obrigatório:

“Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.”

e) **INCORRETA.** A banca mudou as hipóteses. O trabalho externo do regime fechado é somente para obras públicas e realizadas para a administração direta e indireta. O trabalho para entidades privadas depende, além do consentimento do preso, de cautelas contra a fuga. Além disso, o percentual máximo do número de presos é de 10%, e não 5%.

Veja:

“Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. § 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.”

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

37. (IDECAN/SAP CE/2024) Sobre o conteúdo normativo da Lei 7.210/19, que trata das Execuções Penais, é correto afirmar que

- A) o Ministério Público fiscalizará a execução da pena, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução. Quanto à medida de segurança, acompanhará seus incidentes.
- B) é permitido ao Conselho Penitenciário exigir parecer sobre indulto e comutação de pena, mesmo na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.
- C) é atribuição do Departamento Penitenciário Nacional fiscalizar a fiel aplicação das normas de execução penal.
- D) o Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- E) os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, em que as condenadas possam amamentar seus filhos, no mínimo, até 4 (quatro) meses de idade.

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** O MP fiscaliza a execução da pena e da medida de segurança e os incidentes de ambas:

“Art. 67. O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução”.

b) **INCORRETA.** O parecer, nos casos de indulto com base no estado de saúde do preso, é excepcionado da regra:

“Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: I - emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso”.

c) **INCORRETA.** Maldade da banca, mas o DEPEN apenas acompanha a fiel aplicação das normas de execução:

“Art. 72. São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional: I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional”.

d) **CORRETA.** Exatamente, a consulta e a fiscalização competem ao Conselho Penitenciário Nacional:

“Art. 69. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena”.

e) **INCORRETA.** A banca só mudou o limite da idade:

*“Art. 83, § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, **até 6 (seis) meses de idade**”.*

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

38. (IDECAN/PC CE/2021) Paula, primária e de bons antecedentes, praticou delito de tráfico de drogas em 10/11/2006 e por tal delito foi condenada a 9 anos de reclusão em regime inicial fechado. No tocante às regras da progressão de regime e levando em conta a natureza do delito em análise, bem como o entendimento jurisprudencialmente consolidado sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 2/5 da pena.
- B) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 3/5 da pena.
- C) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 1/6 da pena.
- D) Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir ao menos 50% da pena.
- E) Paula não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.

COMENTÁRIOS:

Esta questão demanda uma análise global e explicação única para todas as alternativas.

Antes de qualquer coisa, é importante organizarmos as informações.

Paula, primária e de bons antecedentes, praticou um tráfico em **10/11/2006**.

A progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados passou a ser de 2/5, se o agente for primário, ou 3/5 em caso de reincidência. Entretanto, essa mudança passou a valer somente após **29/03/07**, com a alteração promovida pela Lei 11.464/07. Logo, como Paula praticou o crime em 10/11/2006, aplica-se a legislação vigente à época do fato, ou seja, a norma geral que estabelecia o cumprimento de pena de 1/6 para a progressão de regime, já que até então não havia diferenciação do critério para a progressão.

A despeito de a progressão ter ocorrido somente depois da nova lei, esta é uma *novatio legis in pejus*, ou seja, lei nova prejudicial ao agente, que possui o direito de ter aplicada a legislação mais benéfica (princípio da retroatividade da lei penal benéfica), no caso, a regra geral de 1/6 (um sexto), já que a retroatividade da lei benéfica é um direito constitucional: “art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

Portanto, Paula poderá progredir para o regime semiaberto após cumprir pelo menos 1/6 da pena.

Assim, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

39. (IDECAN/PC CE/2021) Com as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, institutos da Lei de Execuções Penais sofreram alterações significativas, tais como a progressão de regime e o livramento condicional.

Nesse sentido, analise as situações a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte, se for reincidente, não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.
- B) Apenas o reincidente não poderá obter livramento condicional se praticar crime hediondo com resultado morte.
- C) Aquele que pratica crime hediondo ou equiparado a hediondo, se for primário, poderá obter a progressão de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 50% da pena.
- D) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte não poderá obter livramento condicional, seja primário ou reincidente.
- E) Aquele que pratica crime hediondo sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que primário, poderá progredir de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 25% da pena.

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** Nesse caso, o agente pode progredir após o cumprimento de 70% da pena:

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...) VIII - **70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.**”

b) **INCORRETA.** Não só o reincidente, mas também o primário fica impossibilitado de obter o livramento:

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

(...)

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

(...)

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”

c) **INCORRETA.** Na verdade, esse percentual é de apenas 40%:

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...) V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.”

d) **CORRETA.** Conforme comentário da alternativa “B”: “

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

(...)

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

(...)

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.”

e) **INCORRETA.** Esse percentual é de 40%:

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

(...)

*V - **40% (quarenta por cento)** da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário”.*

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

40. (IDECAN/PC CE/2021) A Lei de Execuções Penais – 7.210/84 – é considerada um diploma moderno, que reconhece o preso como sujeito de direitos e estabelece deveres e direitos aos condenados. A respeito das disposições legais contidas na Lei 7.210/84, **NÃO** é correto afirmar que

- A) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- B) são considerados órgãos da execução penal o Conselho da Comunidade, o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, a Defensoria Pública, o Patronato, os Agentes Penitenciários, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Juízo da Execução e os Departamentos Penitenciários.
- C) a remissão de parte do tempo de execução da pena, por trabalho ou por estudo, será contado da seguinte forma: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- D) quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.
- E) a LEP se aplicará igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

COMENTÁRIOS:

Antes de tudo, perceba que a questão pede a afirmativa incorreta.

a) **CORRETA.** É a literalidade do seguinte dispositivo:

“Art. 112. § 6º O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente”.

b) **INCORRETA.** É o gabarito, pois os agentes não estão no rol do art. 61:

“Art. 61. São órgãos da execução penal:

I - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

II - o Juízo da Execução;

III - o Ministério Público;

IV - o Conselho Penitenciário;

V - os Departamentos Penitenciários;

VI - o Patronato;

VII - o Conselho da Comunidade;

VIII - a Defensoria Pública.”

c) **CORRETA.**

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

*I - **1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar** - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - **divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;***

*II - **1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.**”*

d) **CORRETA.**

*“Art. 111. Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, **a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas,** observada, quando for o caso, a detração ou remição.”*

e) **CORRETA.**

*“Art. 2º Parágrafo único. **Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar,** quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária”.*

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

41. (IDECAN/PC CE/2021) No curso da ação penal, Marcos foi preso preventivamente, por estarem presentes os requisitos do artigo 312 da legislação processual. Em virtude da complexidade do processo e de vários réus, a ação penal se estendeu mais do que o normal, fazendo com que Marcos atingisse o prazo temporal para obter a progressão de regime mesmo antes do trânsito em julgado da ação penal. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- A) desde que cumpridos os demais requisitos subjetivos, não há impedimento de Marcos obter a progressão de regime durante o cumprimento da prisão cautelar.
- B) Marcos não terá direito a progressão de regime, tendo em vista que ainda não ocorreu o trânsito em julgado definitivo da ação penal.
- C) Marcos não terá direito a progressão de regime, já que a contagem do prazo de progressão só se inicia após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- D) Marcos não terá direito a progressão de regime, já que este instituto só pode ser aplicado após o trânsito em julgado da sentença condenatória, durante a execução penal.
- E) Marcos terá direito a progressão de regime, independentemente do cumprimento dos demais requisitos subjetivos.

COMENTÁRIOS:

Para responder a esta questão, é necessário que o candidato conheça a súmula 716 do STF.

a) CORRETA. De fato, pois é entendimento sumulado do STF: “*Súmula 716, STF: Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória*”.

b) INCORRETA. Conforme o comentário acima, a Súmula 716 do STF garante a progressão a Marcos. Aqui vai uma valiosa dica para a resolução de provas: ora, se duas alternativas são opostas, a resposta será inevitavelmente uma delas. Não é necessário nem perder tempo com as demais.

c) INCORRETA. Novamente, basta olhar os comentários das alternativas anteriores para entender o erro desta alternativa.

d) INCORRETA. Novamente, basta olhar os comentários das alternativas anteriores para entender o erro desta alternativa.

e) INCORRETA. Embora Marcos tenha direito à progressão de regime antes do trânsito, ainda é necessário que ele preencha os requisitos subjetivos.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

42. (IDECAN/PC CE/2021) Godofredo foi condenado pela prática de crime de estupro de vulnerável, em decisão já transitada em julgado. Durante o cumprimento de sua pena, em regular revista das celas determinada pela Administração Penitenciária, foi encontrado em sua posse aparelho telefônico que permitia a comunicação com o ambiente externo e/ou com outros presos, o que configura falta grave. O Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado várias vezes sobre o tema “falta grave durante a execução penal”. A respeito da posição do STJ, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente não configura falta disciplinar de natureza grave, por ausência de previsão legal na LEP.
- B) É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.
- C) O cometimento de falta disciplinar de natureza grave no curso da execução penal justifica a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime.
- D) A desobediência aos agentes penitenciários configura falta de natureza grave, a teor da combinação entre os art. 50, VI, e art. 39, II e V, da Lei de Execuções Penais.
- E) A falta grave pode ser utilizada a fim de verificar o cumprimento do requisito subjetivo necessário para a concessão de benefícios da execução penal.

COMENTÁRIOS:

Questão difícil, que demanda conhecimento da jurisprudência do STJ sobre a execução penal. Antes de tudo, deve-se atentar que a questão pede a alternativa INCORRETA. Dito isso, vamos em frente:

a) INCORRETA. Configura, sim, conforme entendimento do STJ: “O acórdão do Tribunal de origem encontra-se alinhado ao entendimento deste Superior Tribunal de Justiça de que a utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria configura falta grave, nos termos dos arts. 50, VI, e 39, V, ambos da LEP, pois o apenado descumpre a ordem do servidor responsável pela monitoração, para manter o aparelho em funcionamento, e impede a fiscalização da execução da pena” (AgRg no AREsp 1.569.684/TO, j. 10/03/2020).

b) CORRETA. Deve-se haver individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente. Isso se extrai do art. 45, § 3º, da LEP, que por sua vez decorre do princípio da individualização da pena:

“Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar. (...) § 3º São vedadas as sanções coletivas.”

c) CORRETA. Inicialmente, deve-se lembrar do enunciado da Súmula 439/STJ: “Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada”.

Uma das justificativas idôneas é o cometimento de falta grave, conforme entendimento do STJ: “No caso dos autos, as instâncias ordinárias determinaram a submissão prévia do agravante a exame criminológico com a indicação de argumentos idôneos, diante do cometimento de falta grave, consistente em abandono, aos 3/1/2017, além de possuir envolvimento com facção criminosa.” 3. “Apresentada fundamentação concreta para

se determinar a realização do exame criminológico para fins de progressão de regime, com base na necessidade de mais elementos para se aferir a periculosidade do apenado, não há que falar em ilegalidade.” (AgRg no RHC 123.196/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 5/3/2020, DJe 9/3/2020). “4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no HC 612.505/SP, j. 06/10/2020)”

d) CORRETA. Novamente, entendimento do STJ: “(...) Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência/desrespeito aos agentes penitenciários, com subversão da ordem e disciplina carcerárias, constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais. (...)” (HC n. 391170, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, julgado em 1º/8/2017, publicado em 7/8/2017)

e) CORRETA. Mais um julgado do STJ: “As faltas graves praticadas pelo apenado durante todo o cumprimento da pena, embora não interrompam a contagem do prazo para o livramento condicional, justificam o indeferimento do benefício por ausência do requisito subjetivo.” (HC 564.292/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/6/2020, DJe 23/6/2020)” (AgRg no HC 617.615/SP, j. 20/10/2020)

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

43. (IDECAN/PC CE/2021) Márcio foi denunciado e, durante toda a ação penal, permaneceu preso cautelarmente, sendo ao final condenado a uma pena de 15 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão em regime inicialmente fechado. A sentença foi confirmada em todas as instâncias, tendo ocorrido o transitado em julgado da decisão. Márcio já havia iniciado a sua execução de pena, mas permanecia com dúvidas em relação à progressão de regime.

Seus familiares o procuram para esclarecer essas dúvidas, oportunidade em que você deveria informar que o preso deverá ter cumprido ao menos

- A) 15% (quinze por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- B) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- C) 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada.
- D) 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
- E) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

COMENTÁRIOS:

Questão que demanda o famoso art. 122 da LEP, sendo que cada alternativa altera ou corrobora os incisos do referido dispositivo. Veja:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

a) **INCORRETA**, conforme inciso I (16%).

b) **INCORRETA**, conforme inciso IV (30%).

c) **CORRETA**, conforme inciso VI, alínea "c".

d) **INCORRETA**, conforme inciso V (40%).

e) **INCORRETA**, conforme inciso VIII (70%).

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

44. (IDECAN/PC CE/2021) Carlos foi condenado a uma pena de mais de dez anos de reclusão, tendo a sentença determinado o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. Transitada em julgado a sentença penal condenatória, iniciou-se o processo de execução de pena, tendo Carlos se recolhido à prisão. Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos para a obtenção da progressão de regime, o advogado de Carlos ingressou com o pedido perante o Juízo de Execução. Deferida a progressão para o regime menos rigoroso, semiaberto, a execução continuou a cumprir seu papel. Passados mais alguns anos, Carlos cumpriu o prazo para mais uma progressão de regime. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) A legislação determina um prazo de suspensão da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- B) A legislação determina um prazo de interrupção da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- C) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o total da pena imposta na sentença.
- D) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o total da pena imposta na sentença, após o período de suspensão da contagem do prazo.
- E) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o tempo de pena que resta a cumprir.

COMENTÁRIOS:

- a) **INCORRETA.** A lei não estipula um prazo. Logo, quando deferida a primeira progressão, o prazo para a nova já se conta automaticamente.
- b) **INCORRETA.** Novamente, assim como na hipótese acima, a lei não estabelece um prazo de interrupção da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão para que o apenado possa contar de novo o prazo para o segundo benefício.
- c) **INCORRETA.** Ora, se CARLOS cumpriu uma parte da pena, essa parte está “quitada”. Logo, o cálculo para um novo benefício é feito a partir do que resta a cumprir, e não sobre o total da pena imposta.
- d) **INCORRETA.** Como visto nos comentários anteriores, não há período de suspensão do cálculo. Além disso, o cálculo para uma nova progressão sempre se baseia no *quantum* remanescente, e não na pena imposta na condenação.
- e) **CORRETA.** Conforme comentários acima, o cálculo para a nova progressão se baseia na pena remanescente. Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

45. (IBFC/PCie PR/Área 01/2024) Levando em consideração a Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta com relação ao trabalho do condenado.

- A) O trabalho do condenado, como dever social e financeiro, terá finalidade lucrativa e produtiva
- B) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
- C) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas
- D) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior ao salário-mínimo fixado em âmbito nacional
- E) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender somente despesas pessoais e de assistência à família

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** Não é dever financeiro e não tem finalidade lucrativa: “Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

b) **INCORRETA.** Essa é uma vedação expressa: “Art. 28, § 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho”.

c) **CORRETA.** Literalidade do art. 30: “Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.”

d) **INCORRETA.** Não pode ser inferior ao seguinte percentual: “Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo”.

e) **INCORRETA.** O produto da remuneração deve atender a diversas coisas além disso: “Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. § 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

46. (IBFC/DGPP GO/2024) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. De acordo com a Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta a respeito da assistência jurídica.

- A) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado
- B) As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, apenas dentro dos estabelecimentos penais
- C) Não haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público
- D) As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, apenas fora dos estabelecimentos penais
- E) A assistência jurídica tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade

COMENTÁRIOS:

a) **CORRETA.** Literalidade do art. 15:

“Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.”

b) **INCORRETA.** Dentro e fora:

“Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.”

c) **INCORRETA.** Haverá, sim, esse local apropriado e em todos os estabelecimentos penais:

“Art. 16. (...) § 2º Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.”

d) **INCORRETA.** Conforme o comentário da alternativa “A”.

e) **INCORRETA.** Essa é a finalidade da assistência social:

“Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.”

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

47. (IBFC/DGPP GO/2024) A respeito da disciplina, como forma de colaboração com a ordem, a obediência às determinações das autoridades e seus agentes no desempenho do trabalho, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece que:

- A) estão sujeitos à disciplina apenas os condenados à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos
- B) é permitido o emprego de cela escura
- C) são permitidas as sanções coletivas
- D) não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar
- E) estão sujeitos à disciplina apenas os presos provisórios

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** O preso provisório também está sujeito: “Art. 44, Parágrafo único. *Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.*”

b) **INCORRETA.** Isso é expressamente vedado pela LEP: “Art. 45, §2º *É vedado o emprego de cela escura.*”

c) **INCORRETA.** Também há vedação expressa: “Art. 45, § 3º *São vedadas as sanções coletivas.*”

d) **CORRETA.** Trata-se de uma das expressões do princípio da anterioridade: “Art. 45. *Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.*”

e) **INCORRETA.** Conforme comentário da alternativa “A”.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

48. (IBFC/DGPP GO/2024) Segundo a Lei nº 7.210/1984 de execução penal, assinale a alternativa correta.

- A) Ainda que a sentença condenatória tenha transitado em julgado, compete ao Juiz criminal prolator da sentença aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado
- B) Constitui direito do preso a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados
- C) O regime disciplinar diferenciado somente é aplicável aos presos condenados, nacionais ou estrangeiros
- D) O direito do preso de manter correspondência com pessoas externas ao cárcere não pode ser suspenso ou restrito em qualquer hipótese
- E) Somente o condenado que cumpre pena em regime fechado poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** Nesse caso, compete ao juízo da execução:

*“Art. 66. **Compete ao Juiz da execução:** I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;”*

b) **CORRETA.**

“Art. 41 - Constituem direitos do preso: (...) X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

c) **INCORRETA.** O RDD também se aplica aos provisórios:

“Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

(...)

§1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios

ou condenados, nacionais ou estrangeiros:

I - que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade;

II - sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

d) **INCORRETA.** Esse direito pode ser restringido pelo juízo:

“Art. 41 - Constituem direitos do preso:

(...)

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

(...)

§ 1º Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz da execução penal.”

e) **INCORRETA.** O condenado do semiaberto também: *“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado **ou semiaberto** poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.”*

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

49. (IBFC/DGPP GO/2024) Júlio foi condenado à pena privativa de liberdade por sentença transitada em julgado. Durante o cumprimento de sua pena privativa de liberdade, cometeu crime doloso, ocasionando subversão da ordem, ficando sujeito ao regime disciplinar diferenciado. Sobre o regime disciplinar diferenciado, previsto na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O regime disciplinar diferenciado terá a duração máxima de até 4 (quatro) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie
- B) Júlio tem direito à saída da cela por 2 (duas) horas semanais para banho de sol, em grupos de até 6 (seis) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso
- C) Júlio tem direito a entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário
- D) O regime disciplinar diferenciado terá a duração máxima de até 2 (dois) anos, não sendo permitida a repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie
- E) Júlio tem direito a visitas mensais, de 3 (três) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.** A duração máxima é de 2 anos:

“Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

I - duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie”.

b) **INCORRETA.** O banho de sol é diário:

“Art. 52. (...) IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso”.

c) **CORRETA.** Literalidade do art. 52, V:

“Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:
(...)

V - entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário”.

d) **INCORRETA.** Conforme comentário da letra “A”, é permitida a repetição:

“Art. 52, I - duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie”.

e) **INCORRETA.** No RDD, as visitas são quinzenais e somente de duas pessoas:

“Art. 52. (...) III - visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas”.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

50. (IBFC/DGPP GO/2024) A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) dispõe que os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. Sobre os estabelecimentos penais, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres poderão, a critério da administração penitenciária, possuir agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas
- B) O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado
- C) O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal ficará em dependência separada
- D) O preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio
- E) Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante

COMENTÁRIOS:

Inicialmente, deve ser destacado que a questão pede a alternativa **INCORRETA**. Dito isso, vamos em frente:

a) **INCORRETA.** Na verdade, é obrigatório nesses estabelecimentos que haja agente apenas do sexo feminino:

“Art. 83, §2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

§3º Os estabelecimentos de que trata o §2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.”

b) CORRETA. Literalidade do caput do art. 84:

“Art. 84. O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.”

c) CORRETA.

“Art. 84. (...) §2º O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal ficará em dependência separada.”

d) CORRETA.

“Art. 84. (...) §4º O preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio.”

e) CORRETA.

“Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

(...)

§4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante.”

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

51. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) A Lei Estadual nº 5022/88 estabelece regras sobre a execução penal no âmbito do estado da Paraíba. Acerca deste importante diploma legal, analise as afirmativas a seguir:

I - Considera-se internado a pessoa submetida à medida de segurança em casa de custódia e tratamento, ou hospital psiquiátrico.

II - Considera-se condenado a pessoa a quem foi imposta pena em sentença, em primeira instância ou em instância definitiva.

III - Considera-se preso a pessoa privada de liberdade em virtude de flagrante delito, prisão preventiva, pronúncia, decisão de juiz cível, ou de autoridade administrativa.

Assinale as afirmativas corretas

- A) I, II e III.
- B) I e II.
- C) I, apenas.
- D) I e III.
- E) III, apenas.

COMENTÁRIOS:

I: **CORRETA**. Tal qual a Lei nº 5022/88, o conceito de internado consubstancia-se na pessoa submetida à medida de segurança.

Assim diz a Lei:

Art. 4º (...)

IV - Internado, a pessoa submetida à medida de segurança em casa de custódia e tratamento, ou hospital psiquiátrico.

Importante salientar que as medidas de segurança não se restringem à internação, podendo, também, se dar por tratamento ambulatorial, nos moldes do Código Penal.

Cito o CP:

Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.

II: **ERRADA**. O que o legislador, sob a égide da Lei nº 5022/88, quis dizer com o conceito de condenado: a pessoa que se encontra sob imposição de pena em sentença penal irrecorrível e, por isso, não cabe considerar a sentença em primeira instância como elemento caracterizador.

Assim leciona a Lei:

Art. 4º (...)

I - Condenado, a pessoa a quem foi imposta pena em sentença definitiva.

III: ERRADA. Em subsunção à Lei nº 5022/88, temos o conceito de preso e, de maneira mais específica, o conceito de preso provisório.

Às luzes da referida Lei:

Art. 4º (...)

II - Preso, a pessoa que cumpre pena privativa de liberdade, e o preso provisório.

Sendo assim, temos um conceito amplo, que considera o preso como pessoa que se encontra em cumprimento de restrição da liberdade (independentemente de sua natureza), abarcando, neste postulado, o preso provisório (já que também se encontra com a liberdade cerceada).

Especificamente quanto ao preso provisório, temos:

Art. 4º (...)

III - Preso provisório, a pessoa privada de liberdade em virtude de flagrante de lito, prisão preventiva, pronúncia, decisão de juiz cível, ou de autoridade administrativa.

No caso do preso provisório, a restrição da liberdade se dá em decorrência de prisão em flagrante, prisão preventiva, pronúncia, decisão (e não sentença) de juiz cível ou administrativa (hoje, em desuso).

Para que não confunda no dia da prova, basta recordar que a prisão imposta ao preso provisório será sempre uma prisão cautelar, isto é, determinada durante a persecução penal (antes ou durante o processo), sem que haja o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

52. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) A Lei Estadual nº 5022/88 estabelece os órgãos de execução penal à nível estadual, conforme listado nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Patronato.
- B) Ministério Público.
- C) Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.
- D) Coordenadoria do Sistema Penitenciário.
- E) Defensoria Pública.

COMENTÁRIOS:

A: CORRETA. Trata-se de órgão de execução penal em nível estadual.

A saber: Lei nº 5022/88

Art. 35 (...)

VI - O Patronato.

B: CORRETA. Trata-se de órgão de execução penal em nível estadual.

Veja: Lei nº 5022/88

Art. 35 (...)

III - O Ministério Público.

C: CORRETA. Trata-se de órgão de execução penal em nível estadual.

Vejamos: Lei nº 5022/88

Art. 35 (...)

I - Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

D: CORRETA. Trata-se de órgão de execução penal em nível estadual.

Da mesma forma: Lei nº 5022/88

Art. 35 (...)

V - A Coordenadoria do Sistema Penitenciário.

E: ERRADA. Embora a Defensoria Pública seja entidade fomentada pelo Estado e que atua ativamente na execução penal, notadamente no que se refere à defesa dos direitos e interesses dos presos em situação de vulnerabilidade social e econômica, incapazes de financiar sua representação judicial por meio de constituição de advogado; a Defensoria Pública não é contemplada no texto da Lei nº 5022/88 como um dos órgãos de execução penal em nível estadual.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

53. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Dentre as especificidades trazidas pelo ecossistema da execução penal estabelecido pela Lei Estadual nº 5022/88, pode-se afirmar que

- A) O nível acadêmico exigido para ocupar o cargo de Diretor de Estabelecimento Penal é o nível de especialista.
- B) Considera-se preenchido o requisito acadêmico imposto ao Diretor de Estabelecimento Penal o detentor de diploma de nível superior em Serviço Social.
- C) A progressão funcional do pessoal penitenciário depende de cursos específicos de formação e prescinde de reciclagem periódica.
- D) No caso de Estabelecimentos Penais para mulheres, os quadros funcionais são restritos ao trabalho de pessoal do sexo feminino.
- E) Faz-se imprescindível que o Diretor resida nas proximidades do Estabelecimento Penal.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Abstrai-se da Lei nº 5022/88 que, a depender do Estabelecimento Penal, é possível que o requisito acadêmico seja o de nível superior ou especialista.

Conforme o Art. 39:

Art. 39 - O ocupante do cargo de Diretor de Estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social ou especialista, conforme a natureza do Estabelecimento.

B: CORRETA. Conforme o comentário da assertiva anterior, temos que o requisito acadêmico imposto ao Diretor de Estabelecimento Penal é flexível, podendo ser nível superior ou especialização.

Outrossim, tratando-se de nível superior, a graduação em Serviço Social é uma das modalidades aceitas como cumprimento ao requisito acadêmico em comento.

Não custa frisar:

Art. 39 - O ocupante do cargo de Diretor de Estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social ou especialista, conforme a natureza do Estabelecimento.

C: ERRADA. Em atenção à Lei nº 5022/88, temos que a progressão do pessoal que compõe o quadro do serviço penitenciário depende, além de cursos específicos de formação, também de reciclagem periódica dos servidores em exercício.

Senão vejamos:

Art. 41 - A escolha do pessoal administrativo especializado, de instrução técnica e de segurança, atenderá à vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§1º - O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão e ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício.

D: ERRADA. Embora o quadro de pessoal nos Estabelecimentos Penais para mulheres seja predominantemente feminino, é possível adotar o trabalho masculino, desde que estejamos diante de pessoal técnico especializado e de segurança externa.

A saber:

Art. 41 (...)

§2º - No estabelecimento para mulher, somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo, quando se tratar de pessoal técnico especializado e de segurança externa.

E: ERRADA. Em consonância com a Lei nº 5022/88, é perfeitamente possível que o Diretor resida no próprio Estabelecimento ou nas imediações.

Perceba:

Art. 39 (...)

Parágrafo Único - O Diretor deverá residir no Estabelecimento ou nas proximidades e dedicará tempo integral a sua função.

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

54. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Mormente no que se refere às disposições gerais, a Lei Estadual nº 5022/88 estabelece uma série de regramentos e especificidades próprias da execução penal. Assinale a alternativa que **não** retrata uma dessas imposições legais

- A) O cumprimento das prisões civis e administrativas ocorrerá em estabelecimentos penais comuns, observada a devida classificação para efeito de individualização da execução.
- B) Dentre os serviços oferecidos aos presos pela Secretaria de Justiça, encontram-se os serviços especiais de Assistência Médica e Para-Médica, Religiosa e Assistência Social.
- C) Os ocupantes de cargos no âmbito Serviços Especiais de Assistência estão submetidos ao regime de dedicação exclusiva.
- D) A gratificação de risco de vida é própria dos servidores com exercício nos estabelecimentos penitenciários e de internamento que mantêm contato direto e permanente com presos e internados.
- E) O Conselho Penitenciário integra a estrutura da Secretaria da Justiça.

COMENTÁRIOS:

A: **ERRADA**. Absolutamente o oposto! Não obstante o desuso das prisões administrativas, o cumprimento das prisões civis deve ocorrer em estabelecimentos especiais, mormente a Cadeia Pública e a Penitenciária Regional. No mesmo sentido é a Lei nº 5022/88:

Art. 43 - O cumprimento das prisões, civil e administrativa, ocorrerá em estabelecimentos especiais, preferentemente, em Penitenciária Regional, a critério do juiz, quando a Cadeia Pública não oferecer condições.

B: CORRETA. O Estado, como meio de materializar o direito constitucional à dignidade da pessoa humana e o princípio penal da humanidade da pena, promove instrumentos aptos a proporcionar condições dignas de vivência da pessoa enquanto usuária do sistema de execução penal.

À vista disso, temos o advento de alguns programas assistenciais, tais quais:

Art. 44 - Ficam criados, na Secretaria da Justiça, serviços especiais de Assistência Médica e Para-Médica, Jurídica, Psicológica, Religiosa e Assistência Social aos presidiários.

C: CORRETA. Por expressa disposição da Lei nº 5022/88, aos detentores de cargos é imposto o regime de dedicação exclusiva.

Senão vejamos o Art. 44, § 2º:

Art. 44 (...)

§2º - O provimento dos cargos será mediante concurso público de provas e títulos, submetidos ainda os ocupantes, ao regime de dedicação exclusiva.

D: CORRETA. Para que faça jus à gratificação de risco de vida, não basta que o servidor seja lotado em estabelecimento penal ou de internamento, mas também deve ter contato direto e permanente com presos e internados.

Nessa toada, percebe-se a Lei nº 5022/88, Art. 44, §3º:

Art. 44 (...)

§3º - O servidor público, com exercício nos estabelecimentos penitenciários e de internamento, que mantenha contato direto e permanente, com presos e internados, fará jus à gratificação de risco de vida, na forma prevista em Lei.

E: CORRETA. Nos moldes da Lei nº 5022/88, Art. 45:

Art. 45 - O Conselho Penitenciário dos Estados passará a integrar a estrutura da Secretaria da Justiça.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

55. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Assinale a alternativa que corretamente descreve uma das disposições legais estabelecidas pela Lei nº 5022/88 quanto ao Poder Disciplinar e ao procedimento disciplinar durante a consecução do cumprimento de pena em Estabelecimento Penal:

- A) É vedada a interposição de recurso às penalidades disciplinares.
- B) Aplicado o isolamento preventivo pela autoridade administrativa, dever-se-á comunicar imediatamente o Ministério Público.
- C) Durante a execução da pena de limitação de fim de semana, o Poder Disciplinar é exercido pelo dirigente do Estabelecimento.
- D) Excetuados os casos em que o preso deixe de utilizar o direito de defesa, a decisão constante de apuração de falta disciplinar será motivada
- E) O procedimento de apuração de falta disciplinar prescinde de direito de defesa.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. O recurso, como meio legítimo de defesa ante qualquer arbitrariedade, é perfeitamente cabível em face das penalidades disciplinares.

Vejamos a Lei nº 5022/88:

Art. 32 - Da pena disciplinar aplicada, poderá haver recurso nos casos e na forma estabelecidos no Regulamento.

B: ERRADA. O isolamento preventivo, imposto por até 10 dias pela autoridade administrativa, deve ser comunicado ao juízo da execução, e não ao Ministério Público.

Nos moldes da Lei nº 5022/88:

Art.34-A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.
Parágrafo Único - A aplicação do isolamento preventivo será comunicada ao Juiz da Execução Penal.

C: CORRETA. A pena de limitação de fim de semana, via de regra, é cumprida em estabelecimento reconhecido como Casa de Albergado.

Com efeito, nas imediações do estabelecimento destinado ao cumprimento de penas desta natureza, cabe ao respectivo dirigente o poder-dever de manter a disciplina.

Nos mesmos trilhos é a Lei Estadual nº 5022/88:

Art. 31 (...)

IV - na execução da pena de limitação de fim de semana, pelo dirigente do Estabelecimento designado para o recolhimento semanal.

D: ERRADA. Independentemente de exercício do direito de defesa, a decisão concernente ao procedimento de apuração de falta disciplinar será motivada.

Nos trilhos da Lei nº 5022/88:

Art. 33 (...)

Parágrafo Único - A decisão será motivada.

E: ERRADA. No procedimento administrativo de apuração de falta disciplinar, é assegurado o pleno direito de defesa.

Art. 33 - Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para a sua apuração, assegurado o direito de defesa.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

56. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) No que se refere às regalias concedidas aos presos, em atenção às disposições preconizadas pela Lei Estadual nº 5022/88, analise os itens abaixo:

I - O elogio constitui uma das possíveis regalias.

II - As regalias podem ser concedidas pelo Diretor do Estabelecimento e posteriormente comunicadas ao juízo da execução.

III - O recebimento de visitas em dias não determinados constitui uma das possíveis regalias.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I e III.

COMENTÁRIOS:

I: ERRADA. De acordo com os mandamentos contidos na Lei Estadual nº 5022/88, recompensas é gênero do qual elogio e regalias são espécies.

Veja:

Art. 23 - São recompensas:

I - o elogio;

II - a concessão de regalias.

Sendo assim, não podemos dizer que os elogios são tipos de regalias, quando, na verdade, elogios constituem tipos de recompensas.

O conceito de regalias, por sua vez, possui características específicas.

A saber:

Art. 25 - Constituirão regalias:

I - recebimento de visitas em dias não determinados;

II - licença especial para visita à família;

III - saída especial para aquisição de objetos necessários ao trabalho ou à educação.

II: **CORRETA**. Perfeito! Quando concedidas pelo próprio Diretor do Estabelecimento Penal, as regalias são acompanhadas de comunicação ao juízo da execução penal.

Na mesma esteira é a Lei nº 5022/88:

Art. 26 - As regalias serão concedidas:

I - pelo Diretor do Estabelecimento, a prevista no inciso I do artigo anterior, comunicando sempre ao Juiz da Execução Penal;

III: **CORRETA**. Dentre as regalias passíveis de concessão aos presos, o recebimento extraordinário de visitas mostra-se como uma das possíveis benesses.

Perceba:

Art. 25 - Constituirão regalias:

I - recebimento de visitas em dias não determinados.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

57. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Assinale a alternativa que se encontra em **desacordo** com as disposições contidas na Lei Estadual nº 5022/88, notadamente quanto às sanções disciplinares:

- A) A privação de visita é uma das espécies de suspensão ou restrição de direitos do preso.
- B) A suspensão ou restrição de direitos não pode exceder a trinta dias.
- C) O isolamento é aplicado pelo Conselho Disciplinar e não pelo Diretor do Estabelecimento.
- D) O isolamento não pode exceder a trinta dias.
- E) A advertência verbal será aplicada na presença dos demais condenados.

COMENTÁRIOS:

A: CORRETA. Dentre as variadas espécies de sanções (punições), a privação de visita é uma delas.

Vejamos a Lei nº 5022/88:

Art. 17 - A suspensão ou restrição de direitos consistirá em:
II - privação de visita.

B: CORRETA. As sanções disciplinares de suspensão ou restrição de direitos do preso não podem superar o período de 30 dias.

Nessa toada, Lei nº 5022/88:

Art. 17 (...)
Parágrafo Único - A suspensão ou restrição de direitos não poderá exceder a 30 (trinta) dias e será sempre comunicada ao juiz da execução.

C: CORRETA. A sanção de isolamento, dada a sua natureza pungente, é de aplicação reservada ao Conselho Disciplinar.

Nos termos da Lei nº 5022/88:

Art. 18 (...)
§4º - A advertência verbal, a repreensão e a suspensão ou restrição de direitos são aplicadas pelo Diretor do Estabelecimento; o isolamento, pelo Conselho Disciplinar.

Não custa lembrar que, em caso de isolamento preventivo, admite-se a decretação pela autoridade administrativa. Perceba:

Art. 34 - A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

D: CORRETA. Assim como a suspensão ou restrição de direitos, o isolamento também não pode exceder o período de 30 dias.

Nos moldes da Lei nº 5022/88:

Art. 18 (...)

§1º - O isolamento não poderá exceder a 30 (trinta) dias.

E: **ERRADA**. A advertência verbal é aplicada reservadamente.

Caso a admoestação (bronca) aconteça na presença dos demais internos, não constituirá advertência, mas sim repreensão.

Vejamos o teor da Lei nº 5022/88:

Art. 15 - A advertência verbal será aplicada reservadamente.

Art. 16 - A repreensão aplica-se na presença dos demais condenados.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

58. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) O Decreto Estadual nº 12832/88 visa à regulamentação da Lei Estadual nº 5022/88 e o faz por meio de redação minuciosa e atenta, com vistas a atribuir efetividade prática àquelas disposições legais. Acerca deste importante diploma normativo, notadamente quanto ao capítulo destinado à assistência, julgue os itens seguintes:

I - A assistência estende-se ao apenado e seus dependentes.

II - A assistência judiciária é destinada ao preso e ao internato sem recursos financeiros para constituírem advogado.

III - A assistência educacional inclui programação de caráter esportivo.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas,
- B) I e III.
- C) I, II e III.
- D) II e III.
- E) I e II.

COMENTÁRIOS:

I: **CORRETO**. Ao contrário do que se pode imaginar, a assistência proporcionada pelo Estado não se restringe à pessoa do preso, mas também aos seus dependentes.

Isso se dá porque cabe ao Estado materializar, além de direitos fundamentais, os direitos sociais inerentes a todos. Sendo assim, a partir do momento em que o preso deixa de contribuir para sua unidade familiar, o Estado intervém com o objetivo de manter a integridade da estrutura familiar, sempre observando o binômio do mínimo existencial e da reserva do possível.

Às luzes do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 16 – A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo Único – A assistência estende-se ao apenado e seus dependentes.

II: CORRETO. A assistência judiciária, normalmente prestada pelo Estado por intermédio da Defensoria Pública, é destinada ao preso que não consegue custear o patrocínio de advogado privado.

Nos termos do Decreto nº 12832/88:

Art. 27 – A assistência judiciária é destinada ao preso e ao internado sem recursos financeiros para constituírem advogado.

III: CORRETO. Dentre demais nuances, a assistência educacional não se limita ao estudo formal, bem como pode abranger atividades artísticas, cívicas e esportivas.

A saber:

Art. 32 – A assistência educacional tem por objetivo elevar o nível intelectual, moral, profissional e físico do preso e do internado, bem como sua formação profissional e consiste em:

I – obrigatoriamente, no ensino de primeiro grau, integrado no sistema educacional do Estado;

II – manutenção de Bibliotecas;

III – palestras e conferências que contribuam para o desenvolvimento moral e cultural do preso e do internado;

IV – cinema educativo;

V – atividades artísticas;

VI – programação de caráter cívico e esportivo.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

59. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Quanto ao trabalho do condenado, em subsunção ao Decreto Estadual 12832/88, pode-se afirmar que:

- A) O trabalho do condenado é dotado de finalidade propriamente produtiva.
- B) O trabalho é compulsório ao preso provisório.
- C) O trabalho do preso prestar-se-á mediante remuneração, cujo valor não poderá ser inferior a dois terços do salário mínimo.
- D) Atendidas as exigências legais e administrativas, o condenado poderá escolher o gênero de trabalho.
- E) O trabalho do preso está sujeito às normas da Consolidação das Leis de Trabalho.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Para além da característica produtiva e frutífera no que se refere ao acúmulo de pecúnia, o trabalho do condenado possui a finalidade educativa.

Nos moldes do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 64 – O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

B: ERRADA. Conforme visto em outras ocasiões, o preso provisório encontra-se encarcerado em virtude de alguma das modalidades de prisão cautelar. A partir dessa prisão precária (passível de revogação a qualquer momento), não se pode impor qualquer tipo de trabalho àquele que sequer foi condenado, em homenagem ao postulado da presunção de inocência.

Além disso, a própria CF 88 veda a pena de trabalhos forçados.

Assim diz a Lei Maior:

Art. 5º (...)
XLVII - não haverá penas:
(...)
c) de trabalhos forçados.

Veja o que diz o Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 69 – Ao preso provisório é facultativo o trabalho no interior do estabelecimento penal.

C: ERRADA. O trabalho do preso é remunerado. A remuneração, embora possa ser inferior ao salário mínimo, deve respeitar a base correspondente a 3/4 do salário mínimo.

Vejamos o Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 65 – O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

D: **CORRETA**. Desde que cumpra os requisitos legais e administrativos, além de atender à seleção profissional, permite-se ao condenado escolher o gênero de trabalho.

Nos trilhos do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 67 – Dentro dos limites compatíveis com a seleção profissional, as exigências da administração e da disciplina penitenciária, o condenado poderá escolher o gênero de trabalho.

E: **ERRADA**. Conforme balizas estabelecidas pela Lei de Execuções Penais, Lei nº 7210/84, o trabalho do preso é submetido a regime especial e não se submete à Consolidação das Leis de Trabalho.

Na mesma esteira é o Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 64, O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis de Trabalho.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

60. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Ainda no que concerne ao trabalho, no âmbito do Decreto Estadual nº 12832/88, assinale a alternativa que se encontra em **dissonância** com o ato administrativo em epígrafe:

- A) Será depositado o produto remanescente do trabalho do preso em conta corrente, o que constituirá pecúlio penitenciário.
- B) O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- C) Ao contrário do que ocorre com o preso condenado, o internado será encorajado ao trabalho, dispensada a obrigatoriedade.
- D) O trabalho não terá caráter aflitivo.
- E) Dentre outros requisitos, o trabalho externo é admissível, cumprida a fração de um sexto da pena.

COMENTÁRIOS:

A: **ERRADA**. Embora os valores remanescentes e pertencentes ao preso constituam pecúlio penitenciário, a importância é depositada em caderneta de poupança, e não em conta corrente.

Conforme texto do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 65 (...)

§ 2º - Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio penitenciário, em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

B: CORRETA. Na contramão da pacificada interpretação conforme à Constituição, e até mesmo da Lei das Execuções Penais, Lei nº 7210/84, o Decreto Estadual nº 12832/88 impõe o trabalho ao preso condenado, mas frisa que devem ser observadas as respectivas aptidões e capacidades.

Perceba:

Art. 71 – O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

De todo modo, o que você deve levar para a prova, na literalidade do Decreto, é a obrigatoriedade do trabalho ao preso condenado e a facultatividade do trabalho ao preso provisório e ao internado.

C: CORRETA. Conforme visto nos comentários à assertiva anterior, o Decreto Estadual nº 12832/88 impõe o trabalho ao preso condenado. Por outro lado, o internado será persuadido ao trabalho, o que não configura imposição.

A saber:

Art. 70 (...)

§ 1º - O internado será sempre persuadido ao trabalho, não se lhe impondo coativamente, senão quando esgotados os esforços de convencimento.

D: CORRETA. Basta que compreendamos o teor pedagógico e produtivo do trabalho para que percebamos que o trabalho deve ser insculpido como uma etapa de introdução prévia do preso ao ambiente social com vistas a propiciar o adequado retorno à normalidade quando posto em liberdade.

Sendo assim, o trabalho não constitui sanção penal e não deve originar sofrimento ou qualquer outra forma de aflição ao preso.

Da mesma forma, Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 75 – O trabalho não terá caráter aflitivo.

E: CORRETA. O requisito primordial para que se autorize o trabalho externo do preso é o cumprimento mínimo de 1/6 da pena aplicada.

A saber:

Art. 81 – A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

61. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Acerca do Poder Disciplinar exercido no âmbito da execução penal do estado da Paraíba e em consonância com as disposições estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 12832/88, julgue os itens a seguir:

I - O uso de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou agressão da parte do preso.

II - Ao preso provisório e àquele submetido à medida de segurança é aplicado o regime disciplinar do preso condenado, no que couber, notadamente com referência aos direitos do preso.

III - A audiência especial com o diretor do estabelecimento é um dos direitos passíveis de suspensão ou restrição, mediante ato motivado do Diretor do Estabelecimento.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) II, apenas.

COMENTÁRIOS:

I: **CORRETO**. Durante a etapa de execução da pena, não se veda, de modo peremptório, o uso de algemas, mas se recomenda que o uso seja evitado, isto é, empregado quando estritamente necessário.

Citamos o enunciado de Súmula Vinculante 11:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Nos trilhos da jurisprudência pacificada, versa o Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 91 - O uso de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou agressão da parte do preso.

II: **CORRETO**. Não há direitos específicos para cada natureza de pessoa submetida à prisão cautelar, à pena ou à medida de segurança. O Decreto Estadual nº 12832/88 elenca o rol de direitos que, ressalvadas as particularidades inerentes a cada espécie de interno, estendem-se a todos.

Senão vejamos:

Art. 95 – Aplicar-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta subseção.

III: ERRADO. A maior parte dos direitos do preso não pode ser objeto de restrição, ainda que sob a justificativa de sanção administrativa por falta previamente cometida.

Ademais, com fulcro no Decreto Estadual nº 12832/88, podem ser objeto de suspensão ou restrição apenas os seguintes direitos do preso:

Art. 88 (...)

(...)

V - A proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e recreação;

(...)

X - A visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

(...)

XV - O contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Portanto, o gabarito é letra A.

Gabarito: A

62. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Às luzes do Decreto Estadual nº 12832/88, a conduta consistente em dificultar a apuração de ato punível demanda tratamento disciplinar consubstanciado em:

- A) Falta grave.
- B) Falta média.
- C) Isolamento.
- D) Falta leve.
- E) Advertência verbal.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Trata-se de falta média, conforme veremos a seguir.

B: CORRETA. Conforme inteligência do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 104 – Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que:

(...)

VI – dificultar a apuração de ato punível.

C: ERRADA. Como visto acima, a conduta constitui falta média.

Por outro lado, a sanção disciplinar de isolamento é tratamento administrativo próprio das faltas graves.

Diante disso, não se aplica o isolamento à conduta de dificultar a apuração de ato punível.

A saber: Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 116 – Aplicar-se-á:

(...)

III - À falta grave, a suspensão ou restrição de direitos, ou isolamento.

D: ERRADA. Conforme visto no comentário à assertiva B, a conduta constitui falta média.

E: ERRADA. De acordo com o que vimos, a conduta constitui falta média.

A sanção de advertência verbal, a seu turno, é aplicada em casos de falta leve.

Da mesma forma: Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 116 – Aplicar-se-á:

I - À falta leve, a advertência verbal.

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

63. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Em consonância com o Decreto Estadual nº 12832/88, assinale a única alternativa que **não** representa um dos efeitos da sanção disciplinar:

- A) Rebaixamento de classificação.
- B) Perda de direito ao tempo remido.
- C) Regressão de regime.
- D) Perda do pecúlio penitenciário.
- E) Conversão de pena.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Trata-se de um dos efeitos da sanção disciplinar:

A saber: Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 120 – São efeitos da sanção disciplinar:

(...)

II - Rebaixamento de classificação.

B: ERRADA. Trata-se de um dos efeitos da sanção disciplinar:

A saber: Decreto Estadual nº 12832/88

Art. 120 – São efeitos da sanção disciplinar:

(...)

VI - Perda de direito ao tempo remido.

C: ERRADA. Trata-se de um dos efeitos da sanção disciplinar:

A saber: Decreto Estadual nº 12832/88

Art. 120 – São efeitos da sanção disciplinar:
(...)
IV - Regressão de regime.

D: **CORRETA.** O pecúlio penitenciário é a reserva monetária advinda do trabalho do preso, já considerados os abatimentos relativos à indenização dos danos causados, à assistência à família e ao ressarcimento ao Estado.

Vejamos o texto do Decreto Estadual nº 12832/88:

Art. 65 (...)
§ 1º - A remuneração pelo trabalho deverá atender:
a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
b) à assistência à família;
c) a pequenas despesas pessoais;
d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.
§ 2º - Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio penitenciário, em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

À vista disso, temos que a perda do pecúlio penitenciário é incompatível com o ordenamento jurídico vigente, posto que, se assim o fosse, constituiria trabalho gratuito. O trabalho “gratuito” só é admitido quando a título de prestação de serviço à comunidade.

Veja o que diz a Lei nº 7210/84:

Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

E: ERRADA. Trata-se de um dos efeitos da sanção disciplinar:

A saber: Decreto Estadual nº 12832/88

Art. 120 – São efeitos da sanção disciplinar:
(...)
VII - conversão de pena.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

64. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Instituto próprio da execução penal, a remição é caracterizada pelo abatimento de parte do montante da pena, benesse concedida em virtude de trabalho e/ou estudo do preso.

De acordo com o Decreto Estadual nº 12832/88, preenchidos os requisitos para concessão da remição, tal privilégio é declarado por ato do (da):

- A) Diretor do Estabelecimento Penal.
- B) Patronato.
- C) Juiz da execução.
- D) Ministério Público.
- E) Inspeção de execução penal.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADO. Cabe ao Diretor do Estabelecimento Penal e às demais autoridades administrativas certificar o cumprimento de trabalho e/ou estudo do preso, mas a declaração da remição é ato que se conserva sob o manto da cláusula de reserva de jurisdição.

Vejamos o que diz o Decreto Estadual nº 12832/88

Art. 187 – A autoridade administrativa encaminhará, mensalmente, ao Juízo da Execução, cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles.

B: ERRADO. Conforme veremos, não se trata de atribuição do patronato a declaração da remição penal.

Senão vejamos as atribuições do Patronato: Decreto Estadual nº 12832/88

Art. 308 – Compete ao Patronato:

- I – orientar os condenados a pena restritiva de direitos;
- II – fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fins de semana;
- III – colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional;
- IV – articular-se com o Conselho da Comunidade para êxito das atividades acima;
- V – exercer outras atividades compatíveis com sua finalidade específica e que não sejam de competência de outros órgãos

C: **CORRETO**. Embora eivado de erro ortográfico, de acordo com o texto do Decreto Estadual nº 12832/88, cabe ao juízo da execução a declaração da remição.

Art. 184 (...)

§ 4º - A remissão será declarada pelo Juiz da Execução, ouvido o Ministério Público.

D: ERRADO. Conforme visto no comentário anterior, quanto à declaração da remissão, cabe ao Ministério Público emitir parecer de modo a possibilitar a decisão judicial adequada.

E: ERRADO. Conforme visto, declarar remissão é atribuição do juiz da execução.

Por outro lado:

Art. 306 – À Inspeção de Execução Penal compete:

- I – inspecionar os estabelecimentos penais;
- II – assessorar o Coordenador da Execução Penal;
- III – colaborar com os Juízos de Execução penal do Estado;
- IV – executar outras atividades correlatas.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

65. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) A Resolução nº 001, de 3 de maio de 2007, foi concebida pelo Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária como estrutura normativa suscetível de garantir direitos, estabelecer obrigações, além de preservar a segurança e a disciplina no plano das Unidades Prisionais do estado da Paraíba.

A respeito desse relevante instrumento normativo e considerando suas implicações no cotidiano da execução penal, pode-se afirmar que

- A) As visitas familiares aos presos serão realizadas, preferencialmente, às terças e quintas-feiras.
- B) Em cada Unidade Prisional, cada recluso pode contar com até dez familiares cadastrados como visitantes.
- C) Durante as visitas familiares, são admitidos até dois familiares por vez.
- D) As visitas íntimas serão realizadas, preferencialmente, aos sábados.
- E) É prerrogativa dos familiares visitantes o amplo acesso ao Estabelecimento Penal em que estiver o apenado visitado.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Conforme teor da Res. nº 001/CECP/07, as visitas familiares devem ocorrer, preferencialmente, aos domingos.

Veja: Res. nº 001/CECP/07

Artigo 1º - As visitas familiares aos presos recolhidos em Unidades Prisionais sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária,

quando permitidas, serão preferencialmente realizadas aos domingos, no horário das 8:00h às 16:00 horas, ininterruptamente.

B: ERRADA. Os familiares visitantes devem ser previamente cadastrados, no limite de 8 pessoas.

Vejamos o que diz a Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 2º - Serão cadastrados, no máximo, oito familiares por recluso, em cada Unidade Prisional, sob a responsabilidade do seu diretor, devendo constar uma fotografia 3X4 na respectiva ficha de identificação.

C: CORRETA. Embora o limite de familiares cadastrados seja de até 8, não é permitido que todos ingressem de maneira concomitante na Unidade Prisional, devendo a visita ser fracionada em duplas.

A saber: Res. nº 001/CECP/07

Art. 1º (...)

Parágrafo primeiro – Serão admitidos dois familiares, de cada vez, por recluso, dentre oito cadastrados. Nos dias da visita não será permitida a substituição de visitantes, mesmo sob autorização do recluso interessado.

D: ERRADA. De preferência, as visitas íntimas são realizadas às quartas-feiras.

Assim dispõe a Res. nº 001/CECP/07

Artigo 3º - O encontro íntimo será realizado preferencialmente às quartas-feiras, durante o dia, com acesso exclusivo para a esposa ou companheira do recluso, já devidamente cadastrada. Não será permitida a entrada de menores de 16 anos, salvo se for casada com o recluso visitado.

E: ERRADA. O acesso dos visitantes é restrito, alcançando apenas as dependências suficientes para que se proceda à visita familiar ou íntima.

Da mesma forma, Res. nº 001/CECP/07

Artigo 10 - O familiar, visitante, cônjuge ou companheira de recluso, somente terá acesso à cela, bloco ou pavilhão em que estiver o apenado visitado, ficando terminantemente proibida a sua circulação nas demais áreas do Estabelecimento.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

66. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Assinale a alternativa que corretamente descreve uma vedação estabelecida pela Resolução nº 001/CECP/07 com relação à visitação nas Unidades Prisionais:

- A) É vedada a entrega de alimentos na Portaria da Unidade Prisional.
- B) É vedado o ingresso de menor de dezoito anos por ocasião de visita íntima.
- C) É proibido o acesso de integrantes de Pastorais Carcerárias durante o funcionamento ordinário da Unidade Prisional.
- D) É proibida a visita alternada de parentes do recluso.
- E) Ainda que se trate de visita íntima, é proibido o ingresso de visitantes em trajes sumários.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Os alimentos são entregues, justamente, na portaria das Unidades Prisionais, em dia da semana previamente especificado.

A saber: Res. nº 001/CECP/07

Artigo 12 - Será designado um dia na semana para que um familiar do apenado, dentre os cadastrados, desejando, possa entregar na Portaria da Unidade Prisional alimentos para o mesmo, dentro dos permitidos nesta Resolução.

B: ERRADA. A vedação estabelecida é a de menor de 16 anos, ainda assim há exceção quanto ao menor de 16 anos casado com preso.

Vejamos o que diz a Res. nº 001/CECP/07

Artigo 3º - O encontro íntimo será realizado preferencialmente às quartas-feiras, durante o dia, com acesso exclusivo para a esposa ou companheira do recluso, já devidamente cadastrada. Não será permitida a entrada de menores de 16 anos, salvo se for casada com o recluso visitado.

C: ERRADA. É perfeitamente permitido o acesso de integrantes de Pastorais Carcerárias, Comissões de Direitos Humanos e outras instituições congêneres em ocasiões ordinárias (normalidade).

Por outro lado, é terminantemente proibido o ingresso de pessoas alheias ao sistema penitenciário durante ocorrências conturbadoras (rebeliões e demais situações em que se coloca em xeque a ordem carcerária).

Desse modo, Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 9º - Será vedado o acesso à Unidade Prisional aos integrantes das Comissões de Direitos Humanos, Pastorais Carcerárias e outras pessoas alheias ao Sistema Penitenciário, sempre que se verificar ocorrências conturbadoras em andamento. Neste caso, o fato será comunicado, de imediato, à GESIPE, ao Secretário da Pasta, ao titular da Vara das Execuções Penais e, na ausência deste último, ao Promotor da Execução Penal.

D: ERRADA. É perfeitamente possível a alternância entre os visitantes, haja vista o limite de 2 visitantes por vez. Sendo assim, os visitantes, no limite de 8, podem alternar entre si, em rodízio.

Perceba: Res. nº 001/CECP/07:

Art. 1º (...)

Parágrafo segundo - Havendo mais de dois parentes cadastrados por recluso, a visita será feita com alternância entre mesmos, a critério do próprio ou do visitante, mediante comunicação prévia à administração da Unidade Prisional.

CUIDADO, não confunda a alternância com a substituição de visitantes: enquanto que a alternância se coaduna com a ideia de rodízio realizado entre os visitantes previamente cadastrados, a substituição é a troca de uma pessoa cadastrada por outra não cadastrada.

A substituição, a seu turno, é terminantemente proibida nos dias de visita.

Dito isso, Res. nº 001/CECP/07:

Art. 1º (...)

Parágrafo primeiro – Serão admitidos dois familiares, de cada vez, por recluso, dentre oito cadastrados. Nos dias da visita não será permitida a substituição de visitantes, mesmo sob autorização do recluso interessado.

E: CORRETA. É absolutamente vedada a utilização de trajes sumários por parte dos visitantes, ainda que se trate de visita íntima.

Conforme teor da Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 4º - Não será permitido o ingresso do familiar, visitante, cônjuge ou companheira, em trajes sumários (roupas transparentes, shorts curtos, mini-blusas e mini-saias) que possam atentar contra os bons costumes.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

67. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Assinale a assertiva que se encontra em **desacordo** com das disposições estabelecidas pela Resolução nº 001/CECP/07:

- A) O advogado ou defensor só poderá falar com um preso de cada vez, no Parlatório ou em sala especial.
- B) Todos os visitantes, indistintamente, serão submetidos a uma revista pessoal criteriosa, quando for ingressar no Estabelecimento Penal.
- C) As visitas deverão ser suspensas quando houver perturbação da ordem interna na Unidade Prisional.
- D) O visitante será submetido à revista criteriosa em caso de suspeita de anormalidade da conduta.
- E) O visitante será convocado a entregar qualquer dos objetos proibidos de ingressar na Unidade Prisional.

COMENTÁRIOS:

A: CORRETA. Como ferramenta apta a materializar o direito à ampla defesa, é próprio da relação entre o acusado e defensor a entrevista reservada.

Entretanto, não se permite que um defensor visite mais de um preso de maneira concomitante. Dessa forma, as visitas reservadas devem ocorrer de maneira individual.

Veja o texto da Res. nº 001/CECP/07:

Art. 8º (...)

Parágrafo único - O advogado ou defensor só poderá falar com um preso de cada vez, no Parlatório ou em sala especial.

B: CORRETA. Trata-se de literalidade da norma. A revista pessoal é ferramenta necessária para resguardar o cumprimento da Lei e das obrigações atinentes ao que entra e sai de uma Unidade Prisional, por isso não há que se falar em exceções.

Nos termos da Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 6º - Todos os visitantes, indistintamente, serão submetidos a uma revista pessoal criteriosa, quando for ingressar no Estabelecimento Penal.

C: ERRADA. Um erro sutil, mas que faz toda a diferença na hora da prova! A suspensão das visitas por ocasião de circunstância extraordinária é uma faculdade, e não uma obrigação.

Senão vejamos, Res. nº 001/CECP/07:

Art. 7º (...)

Parágrafo único - As visitas PODERÃO ser suspensas quando houver perturbação da ordem interna na Unidade Prisional, com autorização da GESIPE.

D: CORRETA. Sempre que houver suspeita ou “denúncia” de anormalidade na conduta de visitante, pode ocorrer uma segunda revista criteriosa, desde que respeitada a dignidade e a integridade física do visitante.

Perceba o que diz a Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 7º - Havendo denúncia ou suspeita de anormalidade na conduta do visitante, será este submetido a uma revista criteriosa, sem ofensa à sua dignidade, respeitando a sua integridade física, por agente do mesmo sexo, com ou sem uso de equipamento eletrônico, em local apropriado.

E: CORRETA. Ocorrendo certeza do porte de algum dos objetos proibidos, o visitante será convocado a entregá-lo e, caso não o faça, será conduzido ao Instituto de Medicina Legal, Hospital ou similar.

Do mesmo modo é o texto da Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 11 - Em caso de confirmação de condução de objetos proibidos de ingressar na Unidade Prisional, o visitante será convocado a entregá-lo, caso contrário será conduzido ao Instituto de Medicina Legal, Hospital ou similar, para os fins devidos.

Portanto, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

68. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) Às luzes da Resolução nº 001/CECP/07, assinale a única alternativa em que se encontra um objeto permitido para ingresso na Unidade Prisional:

- A) Desodorante líquido.
- B) Refrigerante congelado.
- C) Cinto de fivela de metal.
- D) Leite líquido ou em pó.
- E) Cigarro.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. Para que se permita o ingresso no interior da Unidade Prisional, o desodorante deve ser cremoso. Perceba o que diz a Res. nº 001/CECP/07:

Art. 13 (...)

Parágrafo primeiro – Somente será autorizado o ingresso dos seguintes materiais, dentro dos limites disciplinados abaixo:

(...)

3. Desodorante só do tipo cremoso.

B: ERRADA. Não é permitido o ingresso de qualquer alimento ou bebida congelada no interior da Unidade Prisional.

A saber: Res. nº 001/CECP/07

Art. 13 (...)

Parágrafo primeiro (...)

(...)

11. Estando congelada, nenhuma alimentação ou refrigerante deverá entrar no Estabelecimento.

C: ERRADA. É proibido o ingresso com cinto de fivela de metal.

Assim diz a Res. nº 001/CECP/07

Art. 13 (...)

Parágrafo segundo (...)

1. Cinto de fivela de metal e sapato de plataforma.

D: ERRADA. Para que se permita o ingresso na Unidade Prisional, o leite deve ser em pó, na quantidade máxima de meio quilo e em saco plástico.

Senão vejamos: Res. nº 001/CECP/07

Art. 13 (...)

Parágrafo primeiro(...)

(...)

9. Leite: 500 gramas, em pó e em saco plástico. Doce: em tablete e embalado em papel ou plástico transparente.

E: CORRETA. É permitido o ingresso com cigarro, desde que o fumo esteja *in natura*, observado o limite de meio quilo.

Veja o teor da Res. nº 001/CECP/07

Art. 13 (...)

Parágrafo primeiro (...)

(...)

12. Cigarro: Um maço. Fumo in natura, 500 gramas.

Portanto, o gabarito é letra E.

Gabarito: E

69. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) De acordo com o arcabouço regulamentar preconizado por intermédio da Resolução nº 001/CECP/07, por ocasião de audiência nas localidades que não digam respeito à capital do estado da Paraíba, a requisição de presos deve ser direcionada à (ao):

- A) Gerência do Sistema Penitenciário (Gesipe).
- B) Diretor da Unidade Prisional.
- C) Ministério Público.
- D) Juiz da execução.
- E) Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária.

COMENTÁRIOS:

A: ERRADA. A requisição de preso deve ser direcionada à Gesipe quando estivermos diante de audiência na capital, e não nas demais localidades.

Senão vejamos, Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 16 - A requisição de preso para qualquer ato judicial deverá ser dirigida à GESIPE, para audiência na Capital; nas demais localidades ao Diretor da Unidade Prisional da Jurisdição.

B: CORRETA. Quando a audiência impuser a presença de preso em localidade que não seja reconhecida como a capital do estado da Paraíba, a requisição deverá ser direcionada ao próprio Diretor da Unidade Prisional.

Não custa lembrar: Res. nº 001/CECP/07:

Artigo 16 - A requisição de preso para qualquer ato judicial deverá ser dirigida à GESIPE, para audiência na Capital; nas demais localidades ao Diretor da Unidade Prisional da Jurisdição.

C: ERRADA. O Ministério Público é entidade independente da Administração Penitenciária e não detém competências administrativas diretas no âmbito da execução penal.

D: ERRADA. O juiz é, justamente, a autoridade requisitante.

Com efeito, ao juiz é assegurada a prerrogativa de requisitar a presença de preso à audiência ou a outros atos próprios da persecução penal. Sendo assim, cabe à Administração Penitenciária atender às requisições judiciais nos prazos por elas especificados.

E: ERRADA. À Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária são direcionados os pedidos de transferência de preso.

Nos moldes da Res. nº 001/CECP/07

Artigo 19 - Pedido de transferência de preso deverá ser dirigido à Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária.

Portanto, o gabarito é letra B.

Gabarito: B

70. (Inédita/Estratégia Concursos/2025) A partir do texto da Resolução nº 001/CECP/07, julgue os itens:

I - O preso somente deverá sair da cela, para qualquer ato ou contato com o mundo exterior, devidamente revistado e algemado.

II - É direito do preso submetido ao regime aberto, semi-aberto, ou em livramento condicional, o custeio, pelo Estado, da transferência de uma Comarca para outra.

III - Constatado o interesse da Justiça paraibana, é permitido que preso de outra unidade da federação venha a cumprir pena no estado da Paraíba.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) III, apenas.

COMENTÁRIOS:

I: **CORRETA**. Na contramão da interpretação conforme a Constituição e da jurisprudência pacificada no âmbito dos Tribunais Superiores, que caminham pelo uso consciente das algemas, apenas quando absolutamente necessário; a Res. nº 001/CECP/07 impõe o uso de algemas sempre que o preso sair da cela.

Senão vejamos:

Artigo 21 - Preso somente deverá sair da cela, para qualquer ato ou contato com o mundo exterior, devidamente revistado e algemado.

II: **ERRADA**. Sejamos sensatos: o preso em regime semiaberto, aberto ou em livramento condicional pode, perfeitamente, deslocar-se sem que seja necessária qualquer ação pública. Sendo assim, como medida de contenção de custos relativos à Administração Penitenciária, os custos desta natureza de deslocamento ficam por conta do próprio interessado.

Na esteira da Res. nº 001/CECP/07:

Art. 19 (...)

Parágrafo único – A transferência de preso submetido ao regime aberto, semi-aberto, ou em livramento condicional, de uma Comarca para outra, será feita à custa do próprio interessado, vez que o mesmo se encontra solto e prescinde de escolta.

Igual procedimento será aplicado a tais apenados, quando convocados pela Justiça Pública, para qualquer ato judicial.

III: **CORRETA**. Como medida excepcional, o texto da Res. nº 001/CECP/07 permite que preso de outro estado venha a cumprir pena na Paraíba, desde que seja declarado o interesse da justiça do estado e que haja processo judicial em trâmite no próprio estado da Paraíba.

Artigo 18 - O preso que cumpre pena em outro Estado da Federação não deverá vir cumpri-la na Paraíba, salvo quando tal providência for do interesse da Justiça paraibana, em sede de processo judicial em tramitação neste Estado.

Portanto, o gabarito é letra D.

Gabarito: D

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

